



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2021

Ata n.º 51

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezassete de Junho e aditamento de vinte e dois de Junho, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento do Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de 2020;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 2.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2021-2025; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 2.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2021-2025, incluindo a 2.ª Alteração do Mapa de Pessoal e 2.ª Alteração do Plano de Recrutamento para 2021;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da inclusão ao abrigo da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente ao "Inventário do Património Respeitante ao Ano de 2020", aprovado em Reunião de Câmara de 31-05-2021"; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da inclusão ao abrigo da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente aos "Documentos de Prestação de Contas do Município de 2020, Incluindo a Proposta de Aplicação de Resultados", aprovados em Reunião de Câmara de 31-05-2021; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de Abril, bem como a alínea c) do número 1, do artigo 6.º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à "Transferência de Verbas para as Freguesias do Concelho"; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013,



de 12 de Setembro, bem como na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, referente ao "Regulamento para Atribuição de Subsídio de Arrendamento em Vigor no Município de Albufeira - Medidas Extraordinárias - Proposta"; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, por força do disposto previsto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à "Licença - Alteração do Loteamento - Alvará n.º 10/1994 - Golden Summer Ville, S.A. - Bem Parece, Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Processo n.º Lotº 421/1974"; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Empreitada de Construção de Lar, Apoio Domiciliário e Centro de Dia - Fontainhas"; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Empreitada de Reabilitação do Espaço da Antiga Igreja Matriz de Albufeira";-----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Empreitada de Requalificação de Muros, Escadarias e Estabilização da Arriba da Praia do Peneco;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Publico para "Fornecimento Contínuo de Materiais em PVC a Aplicar na Remodelação e Conservação da Rede de Abastecimento de Água e Saneamento", até ao limite de 80.000,00€ + IVA;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Publico para "Fornecimento Contínuo de Materiais em Ferro Fundido a Aplicar na Remodelação e Conservação da Rede de Abastecimento de Água e Saneamento", até ao limite de 350.000,00€ + IVA;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Publico para "Fornecimento de Contadores de Água Incluindo Sistema de Telecontagem Via Rádio", até ao limite de 290.000,00€ + IVA;-----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º



8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Publico para Execução da Empreitada de "Reparação de Roturas em Conduitas e Ramais da Rede de Abastecimento de Água do Concelho de Albufeira - 2021/2022", pelo preço base de 290.000,00€ + IVA;-----

PONTO DEZASSETE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Publico - Empreitada para "Ampliação da Rede de Abastecimento de Água no Concelho de Albufeira 2021/2022", pelo preço base de 202.000,00€ + IVA;-----

PONTO DEZOITO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Publico para Execução da Empreitada de "Limpeza e Desobstrução das Linhas de Água do Concelho de Albufeira", pelo preço base de 250.000,00€ + IVA;-----

PONTO DEZANOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Publico - Empreitada para " Execução de Coletores e Ramais de Águas Residuais e Pluviais", pelo preço base de 190.000,00€ + IVA;-----

PONTO VINTE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Prestação de Serviços de Manutenção Completa de Sistemas Semafóricos de Albufeira por 1095 Dias", pelo valor total de 65.001,10€ + IVA;-----

PONTO VINTE E UM: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Locação de Módulos Sanitários para Mercados Quinzenais, Feira Franca e Outros Eventos - 2021/2022", pelo preço base de 30.000,00€ + IVA;-----

PONTO VINTE E DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Fornecimento de Serviços de Manutenção Completa para o Elevador da Praia do Peneco", pelo preço base de 24.000,00€ + IVA;-----



PONTO VINTE E TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Fornecimento de Consumíveis e de Serviços de Assistência Técnica a Equipamentos Multifuncionais e de Cópia da Marca Canon e Nashuatec", pelo preço base de 50.000,00€ + IVA; -----

PONTO VINTE E QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Aquisição de Serviços Contínuos de Operação e Manutenção de Postos Públicos de Carregamento de Veículos Elétricos do Concelho de Albufeira", pelo valor total de 32.623,20€ + IVA; -----

PONTO VINTE E CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Fornecimento Contínuo de Fardamento para o Município de Albufeira", pelo preço base de 239.000,00€ + IVA; -----

PONTO VINTE E SEIS: Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo PSD intitulada "Pela correcção da forma de cálculo dos infetados pelo SARS-COV-2 no concelho de Albufeira".-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Raquel Carolina Madail Pinto Reis (suplente PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Óscar Agostinho Hilário (suplente BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (Independente), Cândido Augusto Marques Reigado (suplente CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Hugo Miguel Isidro Aires (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), José Manuel Guerreiro Vila Nova (suplente PSD), bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

Faltas: Fernando Cabrita, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----



Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Raquel Reis, Óscar Hilário, Cândido Reigado, José Vila Nova, Cristina Corado e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. - Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Carla Madeira: "Boa noite a todos, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados da Assembleia e restantes presentes. Senhor Presidente, estive aqui o ano passado, por esta altura, por causa de uma situação de falta de estacionamento na zona do Montechoro. Passado quase um ano continuamos na mesma situação, sem respostas nenhuma para a gravidade que é termos ali uma série de apartamentos que neste momento são residenciais e grande parte deles são AL e são turísticos, porque são aparthotéis, temos o Júpiter e continuamos sem respostas para o estacionamento ali. Foi-me dito na altura que havia ali alguns baldios que poderiam eventualmente servir provisoriamente para estacionamento. Não houve qualquer alteração, assim como também não houve alteração nos sentidos das vias, que foi falado, de suprimirmos ali alguns sentidos para dar lugar a estacionamentos e até hoje continuamos. O grave disto é que está a chegar Agosto, e este ano não sei como vai ser, estamos a ver que estamos caminhando para pior, mas Agosto está a chegar e sabemos que os nossos portugueses vêm, vêm os nossos emigrantes e depois temos um grave problema, que é a GNR constantemente lá a multar as pessoas que lá estão. Eu agradecia que me dissessem se estão a pensar fazer isso antes do verão, nem que seja só suprimir ali alguns sentidos das vias que ali estão à volta daqueles aparthotéis e daqueles apartamentos e dar lugar a alguns estacionamentos para minimizar o problema que temos ali, que é grave. Se queremos reabilitar aquela zona e que está a acontecer de facto, temos de ter infra-estruturas e capacidade para receber os visitantes que vêm de carro."-----



Rute Cirne: "Boa noite a todos os presentes, venho aqui manifestar o meu desagrado, eu concorri ao concurso das casas com renda convencionada, o Senhor Presidente entregou-me as chaves de uma fração no dia quinze de Março do corrente ano, e eu tenho tido vários problemas com a habitação, inclusive foi-me indicado que qualquer problema teria que indicar por email e a resposta seria por email. Fiz vários emails, porque ao fim de dois meses estar a habitar tinha a casa cheia de humidade, tenho dois quartos que recuam da faixada do prédio, que fica por cima da Junta de Freguesia de Ferreiras, tenho tudo cheio de humidade. Esteve lá o Engenheiro Natércio, numa das visitas disse para fazer o email a dizer tudo o que se passava, foi lá ver e disse que aquilo não era humidade, aquilo era um fungo. Perguntei qual era a diferença e ele não me deu resposta. Com estas temperaturas altíssimas se eu tenho fungos nos quartos, como é quando vier o inverno? E o Engenheiro olha para mim e diz-me que quando vier o inverno não há fungos, só há agora no verão. Fiquei abismada, desconhecia, com quarenta e seis anos de idade desconhecia esse fato. O senhor garantiu-me e disse que se eu não estou contente com a casa que marque uma reunião na Câmara e que arranje outra casa. Hoje fez uma visita conjunta com a técnica Dulce Martins e desmentiu isso na minha cara e eu disse que aí estava o problema, que ele nunca me tinha dado resposta. Tenho aqui os emails mandados para a Câmara, tenho as fotos mandadas para a Câmara, e o senhor nunca me respondeu a nenhum email. Eu disse, aquilo que é dito hoje, amanhã a verdade passa a ser mentira. O senhor hoje é funcionário, amanhã pode não ser. Nunca deu uma resposta ao meu email, nunca. Tenho a porta de casa com um dedo de abertura, entra osgas, entra tudo lá para casa e até hoje ainda ninguém me foi arranjar, eu queria saber realmente se há só obrigações, se não há deveres? Porque eu estou a pagar trezentos e trinta e dois euros de renda de casa, foi-me exigido caução, tenho feito tudo, as minhas obrigações estão a ser corretas, o senhor disse-me a mim, o Engenheiro Natércio, que a única solução para aquele apartamento é um capote, mas que garantidamente a Câmara não vai fazer, então gostava de saber, se vou estar os próximos cinco anos a viver com humidade. Em todas as torneiras a água é castanha, não dá nem para beber nem para fazer a comida, porque vem completamente castanha e o senhor hoje olha para mim e diz que isto pode ser muita coisa, mas também não há muito a fazer. À partida, quem está no poder mudam de tantos em tantos anos, mas quem está nos apartamentos continuam a ser os mesmos, a tratar mal às pessoas, a responder mal às pessoas e não há respostas. E eu garantidamente que não vou querer



estar num apartamento a pagar trezentos e trinta e dois euros por mês que tem um livro de instruções. Entregaram-me a casa com um livro de instruções, o senhor baixa a persiana hoje e disse que esta persiana tem de estar sempre baixa, por causa das pontes térmicas, para abrir a janela e baixar a persiana. Eu estou num apartamento que não posso abrir a persiana por causa das pontes térmicas e que a câmara não vai resolver, a única solução é pintar o apartamento duas vezes por ano. E eu disse que não, eu não quero pintar o apartamento duas vezes por ano, não quero estar duas vezes por ano com estes transtornos, como é óbvio. Ele disse que se comprometem, e eu disse para mandarem isso por email, o senhor recusou-se sempre, nunca me mandou estas respostas por email. Eu gostava de ter uma resposta, porque é muito chato eu ter obrigações e os deveres não serem cumpridos, porque da casa tenho fotos, já mandei para a Câmara e nunca ninguém me respondeu, faz três que estou a habitar na casa agora dia vinte e sete deste mês."-----

Luis Jorge: "Boa noite, sou agente imobiliário, mais na zona do Montechoro, tenho mais apartamentos em Montechoro, e vinha perguntar porque a situação arrasta-se há anos, todos os apartamentos que tenho na zona da Vila Magna, zona do Visconde, zona do Village, etc, olha-se para a zona da tenda ou zona dos escorregas antigos e percebe-se que não há o mínimo de cuidado, há um atentado à saúde pública naquela zona. Eu se tiver um terreno no meio da serra se não o limpar sou multado e vemos uma área absolutamente incrível, que é uma vergonha autêntica no meio de habitação de centenas de frações. A somar a isso, à questão da saúde pública, à conta do que já foi falado aqui do estacionamento, os carros têm de estacionar obrigatoriamente nas zonas limítrofes deste terreno, que faz com que as árvores, tudo o que está ali mal não está tratado, os carros saem danificados, para além de uma questão mais grave nesta altura de Covid, que é os edifícios que lá estão no interior uns servem de canis, outros servem de habitação para vinte ou trinta pessoas de etnias diversificadas, já sabemos que é um terreno privado, venho questionar se há algum plano para aquilo, se há alguma obrigatoriedade, se há alguma coisa porque não consigo perceber como é que durante anos aquilo está a vergonha que está. Efetivamente porque é uma vergonha aquela zona que se quer uma zona de evolução e tem ali um paradigma que não consigo compreender, desde a saúde pública, nesta altura de Covid, temos dezenas e dezenas de pessoas no interior, restaurantes ou bares ou cafés com N pessoas a viver lá dentro, cães às dezenas. E quando vemos dos andares de cima, na zona da Vila Magna



ou zona do Visconde nessa altura a vergonha ainda é maior porque consegue-se ter uma amplitude total do que se passa no interior. Eu acho que é um caso de saúde pública efectivamente, entre outros e não consigo perceber como é que no centro da cidade, numa zona com tanta gente não se faz nada. Gostava de ter uma resposta a esta situação."-----

Patrícia Cardoso: "Boa noite a todos, venho cá hoje acerca da questão que já foi levantada há dois anos atrás, no dia dezanove de Maio, mais precisamente, sobre a Quinta da Belavista, toda aquela parte das árvores ali envolventes, seja das acácias como dos carvalhos australianos é uma situação que cada vez está pior. Há dois anos atrás a vereadora Cláudia pediu o meu contato ao Vítor Ferraz para entrar em contato comigo e até hoje estou à espera do contato que ainda não foi feito. As calçadas cada vez estão piores, este ano como choveu mais cada vez houve mais flores, com os ventos mais porcaria no chão, mais lixo. Fossas entupidas em que fica a água retida, em que fica cheiro a podre e mosquitos agora com o calor, que já é outro atentado à saúde pública, além da parte das alergias que cria às pessoas que moram ali naquela zona e outras que têm iguais árvores à volta. Eu gostaria de saber o que é que é preciso fazer para tomar atitude. Porque não ligam às pessoas, passa-se 2 anos e continuam a não dizer nada e hoje vim cá. Pode ser que este ano como há eleições pode ser que se calhar oiçam alguma coisa."-----

Presidente da Assembleia: "Há uma intervenção por escrito que tem a ver com a última Assembleia, do senhor Luis Balula, relativamente à questão da Rua Ramalho Ortigão, acesso à praia da Oura e que pede a respetiva leitura. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata). ----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, relativamente à primeira questão sobre a falta de estacionamento no Montechoro, havia a possibilidade de haver alguns terrenos que não estão ocupados de vir a ser ocupados, mas não se conseguiu, vamos agora tentar que algumas ruas sejam, tal e qual como disse há um ano que ainda não foi nada resolvido, fazer um único sentido para poder estacionar em algumas daquelas artérias. Está aqui o Engenheiro Batalha, toma conta da ocorrência, para depois se fazer isso de imediato. Relativamente à questão levantada pela D. Rute sobre a casa de Ferreiras, terei que falar com o Engenheiro Natércio, tem de haver uma decisão e tem de haver umas questões claras e objetivas no sentido da resolução do problema. O Senhor Arquitecto Rui como é o chefe direto dele pode também tomar conta da ocorrência e tentar chamá-lo à razão para ver o que é possível fazer para resolver o problema. A



questão da zona do Montechoro, perto da Vila Magna que está abandonado, está abandonado mas a Câmara já teve lá uma intervenção, é uma questão que está em tribunal. Teve uma intervenção no sentido de tentar resolver um problema que havia de perigo, a questão da lona, teve que se oficiar ao tribunal para poder lá entrar, só o tribunal é que permite. Vou mandar ver o resto, o que é possível limpar e os tais arbustos ou árvores junto ao estacionamento para serem cortados e aparados para ficar um pouco melhor. Provavelmente vamos ter ainda que oficiar o proprietário, se tem proprietário às vezes é difícil perceber quem é, são questões de justiça, para que deva limpar o espaço, caso não o faça a câmara tem essas acções, faz a própria Câmara e depois fatura à pessoa. Aqui é um bocado mais complicado por esta questão do tribunal. Relativamente às questões da Quinta da Belavista, realmente é uma situação que vem ocorrendo já há alguns anos, aquelas árvores não são próprias para estarem em passeios, porque fazem levantar os passeios, algumas já foram cortadas, já foram regularizadas, vamos continuar a levantar aquelas que tiverem mais deteriorado o passeio vão ser cortadas para a calçada ficar mais uniforme. Relativamente à exposição feita pelo senhor Luis Balula foi apenas um comentário.”-----

Vereadora Cláudia Guedelha: “Boa noite a todos, na sequência do que já foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, responder à Senhora Patrícia Cardoso, fiquei de telefonar e por acaso até falamos nesse mesmo dia ali fora sobre esta questão. Estou lembrada porque memorizei o seu nome e costumo responder sempre que me é solicitado. O porquê de ter demorado este tempo todo, eu posso passar a explicar, o problema da questão das árvores é um problema de todo o concelho por “n” razões. E muitas delas estão a danificar passeios, outras realmente provocam alergias, foram implementadas ao longo dos anos, com critérios que eu desconheço, mas que preocupada com essa situação e por se tratar de um problema que abrange muitos dos municípios, optamos por fazer um estudo, um levantamento de todo o tipo de árvores, espécies em toda esta área. Para quê? Para nós conseguirmos planear a execução, alteração das mesmas. Esta zona e todas as outras estão contempladas nesse estudo, em breve esse estudo vai passar da teoria à prática, para depois de forma gradual e de acordo com as áreas e com o tipo de espécies que forem seleccionadas para fazer a tal substituição.”-----

Luis Jorge: “Falei de outra coisa que não falou, não sei se tem conhecimento, há quase uma comunidade, um gueto naquela zona, para além da questão da limpeza, temos nas



zonas limítrofes em frente, várias dezenas de pessoas a viverem nessa área em condições que nem se discute. A somar a isso, quase que faziam um canil com vinte ou trinta cães, para além da quantidade de pessoas de várias etnias, como já tinha dito. Acho incrível como é que, por exemplo, um hotel de cinco estrelas em frente àquilo, não consigo perceber como é que isto funciona, que não se impõem por esta questão. Há aqui duas coisas, a questão da limpeza, mas depois há a questão da saúde pública e depois temos esta questão do Covid, como vemos em várias zonas do país, este aglomerado de pessoas em péssimas condições, é tipo aquelas bombas, estão à espera de acontecer, mas está tudo escondido."-----

Presidente da Câmara: "Registei essa ocorrência, vou mandar verificar o que é que se passa por lá, não sei se a guarda poderá fazer alguma coisa, poderá introduzir-se dentro da habitação, vamos ver. Mas está referenciado."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Roberto Raposo: "Boa noite a todos, venho aqui mais uma vez trazer um assunto que já tinha trazido cá, acerca das condutas de água nos Matos. Como está a ser feita a implementação da rede de esgotos, na aldeia, na altura eu perguntei porquê que não se está a aproveitar e substituir também as condutas de água, que estão danificadas e constantemente a rebentar. Na altura, o Presidente disse-me que tinha falado com os serviços e que os serviços disseram que as condutas estavam todas boas. Pois não estão, porque uma rebentou mesmo em frente à minha casa há uma semana. Além de ter rebentado a conduta, quando foi aberta a vala para proceder à reparação essa conduta já tinha três remendos. Eu questionei o funcionário que lá estava sobre o estado da conduta e ele disse que a conduta toda está assim, toda. Pode rebentar a qualquer momento em qualquer lado. O que é que foi feito? Para a conduta não rebentar eu agora tenho metade da pressão de água que tinha, porque tiveram de diminuir a pressão porque os remendos não aguentam a pressão e o tubo volta a rebentar. É essa a questão, porquê que não é feito um planeamento e já que se está a arrancar o alcatrão todo da aldeia porquê que ao mesmo tempo não se está a substituir as condutas, que se sabe que têm dezenas de anos e que nos últimos anos sabemos que constantemente estão a rebentar, tanto a principal como as secundárias, estão a



rebeitar constantemente. Outra coisa, já que se está a fazer, também já foi falado aqui, da implantação da internet, da fibra, porquê que não se está a aproveitar e ao mesmo tempo deixar tubagem logo para as telecomunicações, para mais tarde, daqui a um mês ou dois, quando virem por a fibra terem que rebeitar novamente o alcatrão, depois de ter levado uma camada de alcatrão nova."-----

Óscar Hilário: "Boa noite, Senhor Presidente, Senhores Membros desta Assembleia, Desmond Tutu ainda está vivo e é um dos principais ativistas das minorias e de várias fontes de expressão, nobel da paz em oitenta e quatro declarou o seguinte: "se ficarmos neutros perante uma injustiça escolhemos o lado opressor. Se o elefante pisar o rabo do camundongo e nós pronunciarmos-nos neutros com certeza o camundongo não apreciará tal naturalidade." Isto vem a propósito do governo ter declarado esta semana uma completa neutralidade perante uma legislação que foi aprovada na Hungria e que como penso que muitos daqui saberão, vai contra a causa LGBT. Perante esta situação perpetrada pelo Estado Português, por oposição temos o Estado Alemão que ontem, através do seu guarda-redes na seleção alemã, perante uma audiência estimada de cento e vinte milhões de pessoas envergava a braçadeira com o símbolo da LGBT. Portanto, temos aqui duas posições dentro de uma própria União Europeia, que defendem posições diferentes e sobretudo colocam e defendem uma posição completamente diferente. Isto a propósito do mês das comemorações LGBT e a propósito da moção ou da declaração de recomendação aprovada a semana passada, gostaria de perguntar se o município de Albufeira já aprovou este mês alguma atividade, algum tipo de posição relativamente a esta situação, uma vez que os próprios membros declararam reconhecer Albufeira como uma cidade que defende os valores da LGBT."-----

Francisco Oliveira: "Boa noite a todos, Senhores Deputados, Senhor Presidente, gostaria de esclarecer uma questão, a posição de Portugal é uma posição frontalmente contra a Lei aprovada na Hungria, o que acontece é que no momento em que a carta foi assinada pelos vários membros da comunidade europeia ia iniciar-se uma reunião exatamente com a Polónia e com a Hungria sobre as questões relacionadas com o estado de direito. A Senhora Secretária de Estado que presidiu essa reunião deu informação, antes de entrar na reunião da sua posição e da posição de Portugal, porém, sendo nós, Presidentes da Comunidade e neste momento Conselho Europeu, entendeu-se não tomar posição para já, que será tomada posteriormente, para obstar a que essa



reunião não se realizasse. Nós andamos, há cerca de dois anos a tentar uma reunião com a Hungria e com a Polónia, sobre estes problemas, sobre os problemas do estado de direito e talvez não caísse bem essa questão no início da reunião e portanto que pudesse obstar a que a reunião se realizasse. O Estado Português é frontalmente contra, acho de fato uma lei perfeitamente aberrante e começa-se, infelizmente, muitas vezes, por este tipo de pequenos pormenores. Veio como a lei de protecção à criança, que é uma coisa perfeitamente infame, não há aqui protecção nenhuma à criança. Nós já verificamos que estão a existir situações complexas de suicídio, de pessoas que estão a entrar em depressão, problemas complicados, relativamente à comunidade LGBT e portanto, quero aqui frisar que foi, por assim dizer, uma perspectiva tática, no sentido de não obstruir a uma solução que se pretende, que é no fundo tentar chamar à razão, se isso é possível, quer a Polónia, quer a Hungria, situação essa que andamos a tentar, eu quando digo andamos, a comunidade anda a tentar e agora que Portugal é presidente, conseguiu optar, já quase para o final do mandato e não seria essa a ideia de matar, por assim dizer, uma possível solução e uma tentativa de trazer estes dois países a uma solução mais democrática, uma vez que se começam a desviar. Como já foi dito, também, a comunidade europeia tem meios para, caso os países que nela integram não defenderem ou se afastarem dos princípios da comunidade europeia poderem eventualmente ter processos de afastamento e isso serão situações que já foram faladas, naturalmente não se pretende chegar a esse extremo, mas se assim for, há meios para conseguir retirar da comunidade entidades que não cumprem com os princípios dos direitos humanos que são fundamentais e isto, sem dúvida alguma são princípios dos direitos humanos. Nesse sentido, só para dar aqui uma informação relativamente à forma como Portugal, naquela altura não tomou posição, mas que tomará posição firme.”-----

Leonardo Paço: “Boa noite a todos, na última Assembleia questioneei o Senhor Presidente da Câmara sobre a posição da Câmara em relação aos cartazes que estão espalhados pela cidade, a uma certa e possível candidatura, gostava de saber se já há resposta. Por outro lado, também gostava de saber quando é que acaba esta panóplia de obras de espalhar alcatrão pelo concelho, tendo em atenção, como é óbvio, que estamos a entrar numa época alta de turismo e acho que não faz sentido todas estas obras nesta altura.”-----



Helena Simões: “Boa noite a todos, aproveitando a embalagem do Leonardo Paço, que referiu a última Assembleia, gostaria também de fazer uma referência a algo que sucedeu e aconteceu na última Assembleia e que foi uma tomada de conhecimento de todos nós, de um despacho de arquivamento referente a uma investigação que à data corria, investigação essa que visava ou envolvia a aquisição do estacionamento, sito nos Olhos de Água. A tomada de conhecimento surgiu num momento em que não foi possível a nenhum de nós tecer algum tipo de comentário, motivo pelo qual aproveito este momento para o fazer. E faço aqui e agora porque é o fórum próprio e faço aqui e agora porque foi aqui também que surgiu todas as dúvidas em que foram suscitadas suspeições e que tudo a partir daí se desenrolou. Nessa senda aproveito para dizer que vivemos numa era em que se vê corrupção em tudo e em que os julgamentos ocorrem em praça pública, pelo que não poderia deixar de enaltecer a atitude da oposição socialista, que suscitou todas as dúvidas e suspeições do negócio em apreço, no fórum próprio, ou seja, na Assembleia Municipal, cuja uma das suas valências é efectivamente a actividade fiscalizadora da atividade do executivo. Nessa senda, esta Assembleia Municipal saiu ainda mais elevada pela atitude que se seguiu, por parte do Dr. Paulo Freitas, Presidente desta Assembleia Municipal, que perante as dúvidas e suspeições nas quais o dito negócio se encontrava envolto ordenou o envio da gravação da Assembleia Municipal e da respectiva ata para o Ministério Público, para que esse sim, o órgão competente para o efeito levasse a cabo uma investigação, pela qual agradeço pessoalmente a sua nobre atitude. Resultando a investigação no arquivamento por inexistência de natureza criminal. Não deixaria passar o momento para agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente, Professor José Carlos Rolo, por ter tido a percepção da premência de tal equipamento na zona, face à escassez de estacionamento. Da mesma forma que não poderia deixar de agradecer à Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, na pessoa da sua Presidente, Professora Indaleta Cabrita, apesar de não estar presente, garantidamente lhe será endereçado, por assim que lhe foi exequível, ter colocado o dito equipamento à disposição da população e em regime de gratuidade. Estou em crer que todos saímos beneficiados pelo equipamento e pela modalidade em que o mesmo foi colocado à disposição dos munícipes.”-----

Francisco Guerreiro: “Boa noite a todos, eu quero fazer duas perguntas, há uma senhora de Paderne que comprou uma casa antiga, velha e enviou uma carta para a



Assembleia Municipal, que eu tive o cuidado de ler quando me foram enviados documentos da Assembleia, e que ela agora reclama porque essa carta ainda não foi respondida. Eu também não tenho conhecimento que ela fosse lida aqui na Assembleia, não sei se é permitido ler ou não. Acho que isto, perdoem-me, é uma aberração total, quando nós estamos a querer que as pessoas invistam em Paderne e recuperem as casas antigas e depois deparamo-nos com esta situação. Como esta, possivelmente há outras, mas as outras ficarão para outra altura. Depois queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente, penso eu que a Câmara comprou aquele armazém que está no Purgatório a voltar para os Matos, penso que a intenção é demolir para abrir a curva. Mas isto já foi há algum tempo e o armazém continua lá."-----

Presidente da Assembleia: "Quem foi a senhora? Consegue identificar a senhora que escreveu a carta, por favor? A Célia vai buscar, porque estou convencido que essa carta não veio para a Assembleia Municipal, mas sim com conhecimento da Assembleia Municipal e esperamos informação por parte da Câmara Municipal."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão do Roberto Raposo, sobre a rede de esgotos e não levar algumas condutas de água que estariam em pior estado, diz os serviços é que uma conduta tem uma vida de duração de quarenta anos e aquelas ainda só têm vinte anos, é a razão. Se bem que de vez enquanto realmente rebentam. Relativamente à colocação da fibra, não estava previsto no projeto inicial, portanto não foi pensado. Relativamente às obras que estão intermináveis, elas vão terminar dentro de pouco tempo. O Leonardo Paço falou das obras, sobre os cartazes eu pedia ao Vereador Rogério, que tem a publicidade. O Francisco Guerreiro, sobre a casa velha, vou tentar ver onde isso está arquivado nos serviços, desde que esteja identificada. E sobre o armazém do Purgatório, naturalmente que aquele triângulo de terreno é precisamente para abrir a curva, tem que se requalificar aquela zona até ao viaduto. Mas o objectivo é esse."-----

Vereador Rogério Neto: "Boa noite a todos, em relação aos cartazes que o Senhor Deputado Leonardo menciona, estamos a falar dos cartazes alusivos à propaganda política do Senhor Desidério Silva, assim que eles surgiram no nosso concelho houve logo algumas vozes que questionaram o município e o que o município fez foi pedir um parecer à Comissão Nacional de Eleições, explicando, enviando fotografias e dizendo que se tratava de um candidato de um movimento independente, que não teria ainda formalizado, mas mesmo assim o parecer que temos em pose, que depois poderei fazer



chegar à Assembleia, é um parecer positivo para a colocação de todos os cartazes existentes. Assim, nada fizemos contra os cartazes. Não sei se esclareço o Senhor Leonardo e os restantes."-----

Presidente da Assembleia: "Obrigado, Senhor Vereador depois remetia-nos essa documentação para fazermos chegar a todos os deputados municipais."-----

Leonardo Paço: "Não percebo como é que o parecer pedido ao Conselho Nacional de Eleições, quando um candidato só é candidato depois de apresentadas as listas. Segundo sei, ainda nem sequer estão abertas as candidaturas, portanto parece-me que se calhar pedimos o parecer ao local errado."-----

Ana Ramos: "Boa noite a todos, eu queria responder à minha colega Helena relativamente à questão do parque de estacionamento dos Olhos de Água, de facto não conhecia esse despacho de arquivamento, mas queria lembrar que nessa altura discutimos muito mais do que questões que na altura entendemos nós de ordem ética, ou no mínimo de ordem política. Discutimos a opção estratégica, os montantes envolvidos, as outras alternativas que se deslumbassem eventualmente melhores, muito para lá dessa questão. Também para lembrar que em direito, uma das coisas que se aprende é que existe o ordenamento jurídico, existe o ordenamento social, o ordenamento moral, mesmo no ordenamento jurídico pode haver questões que são tutela penal e outros que não têm tutela penal. Aqui o Ministério Público entendeu que não havia tutela penal, ou pelo menos não havia prova para avançar com a investigação criminal, mas existem outros ordenamentos, digo eu, de foro ético, que se podem questionar e que poderão ter sido aqui questionadas, nomeadamente ética política, ética."-----

Francisco Guerreiro: "Queria congratular-me com o trabalho feito por esta Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, dos Vereadores e de todos os demais funcionários que têm contribuído para isso. Senhor Presidente, continue que está no bom caminho."-----

Óscar Hilário: "Senhor Presidente, eu acabei a minha intervenção com uma pergunta, irei reformular novamente, estamos hoje a vinte e quatro de Junho e irá o município de Albufeira fazer alguma iniciativa relativamente a esta causa?"-----

Presidente da Câmara: "Esqueci-me, que me lembre não, não sei se alguns dos meus colegas se lembram, mas não temos necessariamente de seguir determinados valores de uma forma permanente e completamente normal, todos os dias praticarmos atos



que correspondem a determinados valores. Na nossa acção diária e permanente temos naturalmente que mostrar esses valores, não tem de haver obrigatoriamente uma acção que obrigue a isso, não quer dizer que não venha a acontecer amanhã ou depois, ou em outro dia."-----

Presidente da Assembleia: "Francisco Guerreiro, não sei se será Cláudia Coelho Barata Cordeiro?"-----

Francisco Guerreiro: "Exactamente."-----

Presidente da Assembleia: "A carta foi dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, foi com conhecimento à Senhora Vice-Presidente, Assembleia Municipal, portanto ela não foi dirigida à Assembleia, para esclarecer, quando afirmamos, quem está a ouvir não sabe e assim fica a saber. Foi dirigida à Assembleia Municipal para conhecimento, ela foi remetida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, do qual, nós no dia um de Março remetemos esta mesma cópia em ofício à Câmara Municipal para esclarecimentos que a Câmara Municipal entendesse como conveniente e aguardamos. Sei no entremeio que a munícipe já teve reuniões com a Senhora Vice Presidente relativamente a este assunto e com a técnica em causa, não sei efectivamente qual é o estado do processo, mas poderemos solicitar à Câmara Municipal o esclarecimento relativamente a isto. Senhor Presidente da Câmara é o processo oitenta e um barra dois mil e vinte. Se algum membro da Assembleia desejar depois será remetida, não tendo sido lida todos na Assembleia Municipal tomaram conhecimento. Às vezes fica no ar e suspeições já há demasiadas."-----

Gaspar Meirinho: "Boa noite a todos, só quero prenunciar-me sobre as palavras proferidas pela Dra. Ana, porque não fiquei a perceber o alcance daquilo que ela disse, tendo em conta que numa investigação num processo que foi para o Ministério Público, que está sob tutela penal, eu acho que é mais do que óbvio que todas as questões que estejam sob a tutela moral ou sobre uma tutela ética são analisadas, porque se não houver moral nas condutas nem ética nas condutas adotadas, obviamente que vai haver cabimento dentro da tutela penal. Se não houve cabimento dentro da tutela penal porque resultou precisamente no despacho de arquivamento, não estou a perceber qual é o alcance daquilo que a Dra. disse. Não me parece que tenha lógica absolutamente nenhuma, com o devido respeito, aquilo que foi aqui dito. Se há um despacho de arquivamento, o despacho de arquivamento é claro, seja ele de que forma for proferido. Aquilo que é claro e inequívoco é que houve uma análise cabal de todos os



elementos que foram levados ao processo, que eu desconheço o conteúdo do processo, mas certamente terão sido analisados por entidades independentes da Magistratura, do Ministério Público, órgãos da Polícia Criminal, tudo isso foi analisado devidamente. Resultou num despacho claro de arquivamento. Não estou a perceber essa questão sobre situações éticas ou morais. A lei estará certamente cumprida a partir do momento em que temos um despacho de arquivamento proferido, porque senão estávamos todos nós enquanto cidadãos muito mal, porque eram proferidos despachos de arquivamento e nós continuávamos sob suspeição de práticas que à luz da lei era uma coisa que não merecia tutela penal e por outro lado andávamos todos a ter condutas antimorais e antiéticas. Não faz sentido nenhum isso."-----

Leonardo Paço: "Acho que para ajudar a esclarecer este caso devo relembrar que esse processo foi um processo que foi movido pelo Presidente da Assembleia Municipal, contra a minha pessoa, pelas declarações aqui prestadas. Eu não sou de direito, mas o que penso que tenha sido arquivado foi precisamente aquilo do qual me tentaram incriminar."-----

Ana Ramos: "Então eu esclareço o Dr. Gaspar Meirinho, meu ilustre colega, o que eu quis dizer foi o seguinte, naturalmente que não vou estar aqui a discutir questões de ordem de direito penal e de processo penal, que ambos somos da mesma área e que percebemos, mas o meu colega sabe que há muitas questões que não preenchendo os elementos do tipo de crime ou não havendo prova suficiente não há, cumprindo o princípio da legalidade e da presunção da inocência que os processos têm de ser naturalmente arquivados ou não haver uma condenação. Não obstante, nós aqui fizemos a nossa função, que é questionar, discutir as questões e não obstante, por vezes os processos darem azo a despachos de, ou não preencherem os elementos do tipo de crime ou não terem tutela penal, ou seja, formalmente não existe matéria jurídica na questão, formalmente, mas não quer dizer que substancialmente, mesmo no âmbito da ética política não se possa questionar certas opções que são feitas a nível de estratégia do próprio negócio, contornos do próprio negócio, e foi isso que aqui foi questionado. E foi isso que eu quis dizer, não sei se agora me fiz entender."-----

Francisco Oliveira: "Parece-me que o que disse a Ana Ramos é perfeitamente perceptível, há de facto juízos relacionados com as questões jurídicas e as questões penais e há juízos políticos. De fato, quantas vezes nós fazemos juízos políticos e juízos de atuação política que nada têm a ver com considerações penais, portanto, acho



que são matérias completamente diferentes, a ética, as opções e a política nada têm a ver com a prática do crime ou não prática do crime. Portanto, parece-me perfeitamente razoável a forma como foi abordada a questão, há que saber distinguir e aí tem que se saber distinguir o que é a crítica política ou ética, porque os tribunais não analisam problemas políticos nem éticos, analisam questões meramente penais, nesse sentido o facto de estar arquivado, está arquivado porque não há matéria penal, o que não quer dizer que não se tenham feito críticas em termos éticos ou em termos políticos."-----

Helena Simões: "Não desvalorizando tudo o que já foi aqui dito, eu recordo que essa Assembleia, foi uma Assembleia bastante acesa, em que as acusações foram diretas e foram acusações algumas um tanto ou quanto difamatórias ou injuriosas. Independentemente disso podemos discutir as questões éticas, políticas. Eu do ponto de vista político acho que como utente da zona, não vejo qualquer tipo de outro espaço ou equipamento que possa suprir as dificuldades de estacionamento que ali há na zona. Dito isto, eu tentei de alguma forma trazer a luz para a situação, que naquela data fez-se aqui um julgamento público, um julgamento em praça pública, eram todos culpados, estavam todos envolvidos e tudo mais. No entanto, quem de direito investigou e quem de direito entendeu que não havia natureza criminal. Dito isto, eu entendi por bem e teci um louvor à oposição por ter trazido o assunto aqui, no fórum próprio, parte da minha intervenção foi nesse sentido, e outra parte da minha intervenção foi no sentido também de dar um louvor ao Presidente da Assembleia Municipal, que levou e deu a luz além Assembleia Municipal da situação e posto isto, quem competente resolveu e ainda vou aqui falar em jurídico português, porque acho que não estamos aqui numa aula de direito, não me levem a mal, acho que todos nós já temos as nossas próprias licenciaturas e experiências profissionais. Dito isto, quem de direito resolveu e para mim é inegável, quem saiu a ganhar foram os Albufeirenses que frequentam a zona e são os residentes ou os comerciantes, ou os utentes, os turistas que visitam os Olhos de Água. Porque quem não se recorde, não tem estacionamento naquela zona e aquela zona saiu beneficiada. É melhor ainda, saiu beneficiada num regime de gratuidade. Não vamos fazer disto mais questões políticas, até porque política foi feita nessa altura, a única coisa que eu tentei transparecer foi, de alguma forma dar um louvor e se bem se recordam, o meu louvor foi transversal, desde a



oposição até ao executivo, até à Junta de Freguesia. Dito isto, acho que, pelo menos da minha parte, clarifiquei a minha intervenção."-----

Gaspar Meirinho: "Eu só não entendi aquilo que o Senhor Deputado Leonardo Paço disse, acho que ele não teve nada a ver com o processo que estávamos a falar mas fiquei sem perceber."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente é só para realçar que de facto como a Senhora Deputada Helena, o fórum próprio para fiscalizar a Câmara Municipal nos seus atos praticados é a Assembleia Municipal, portanto, o que fez a oposição e agradeço a indicação que fez e os louvores que teceu, o que fez a oposição foi levantar na sede própria as questões. E levantou-as, foram tratadas, o que não implica, continuo a dizer, que não façamos o nosso juízo político, que é efetivamente também o fórum próprio para o fazer. Aliás e nem fizemos, como sabem na praça pública porque não fomos nem para os jornais nem para os órgãos de comunicação, porque entendemos que este tipo de situações tem que ser feitos e colocados no lugar próprio."-----

Roberto Raposo: "Ainda no mesmo assunto dos Matos, ora se as condutas têm vinte anos e deviam durar quarenta anos e estão a rebentar constantemente acho que deveria ser feito uma averiguação ao porquê. Porque há alturas em que é semana sim, semana não uma rotura na conduta. Voltando ao outro princípio, de não se fazer logo outras obras aproveitando uma que está a ser feita, uma vez que se planeia uma obra, acho que deviam planear e estudar quais são as necessidades que há inerentes, que podem ser feitas junto àquela obra. Para não estar-se ao fim de dois ou três meses outra vez a romper um tapete que foi posto novo e ficar danificado, porque um tapete quando é remendado nunca fica como deve de ser. Deveria ter sido verificado isso, ainda mais porque se no futuro é ter as canalizações, tanto de telecomunicações como de electricidade enterradas, acho que deveria ter sido planeado e ter sido conjugado com as outras entidades, a EDP, agora é Altice a antiga PT isso mesmo, passar a enterrar os cabos que estão aéreos."-----

Presidente da Câmara: "Está registada a opinião."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----



ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia considerou feito o conhecimento.-----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento do Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de 2020;-----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, relativamente ao relatório ele aparece exatamente em bons termos, eu não vou levantar grandes questões, penso que era só introduzir aqui uma situação, porque na verdade o relatório na própria página dois diz que "manda enviar os ditos relatórios aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre eles se pronunciem", nós nunca percebemos a não ser no momento em que eles vêm para a Assembleia Municipal. E depois diz que "prevê a possibilidade de que tais relatórios, a pedido que qualquer aos titulares do direito de oposição e com resposta destes, sejam objeto de discussão pública na Assembleia Municipal", também não foi o caso. Como digo, não vou levantar questões, vou só propor a introdução de uma questão que está na página cinco, antes da última página da assinatura do Doutor Rolo, que diz num determinado parágrafo, não sei se têm acesso, diz: "Nenhuma das entidades intervenientes se pronunciou na sequência do direito de audiência supramencionado", eu retirava essa frase e colocava a seguinte frase: "Foram apresentadas propostas de alteração que constam da ata de aprovação do orçamento, no ponto dezasseis de dezasseite discutido em conjunto por parte dos membros do Partido Socialista da Assembleia Municipal e em particular pela Doutora Ana Palma Almeida, realizada a dez de Dezembro de dois mil e vinte, que infelizmente não foram contemplados". Era isto, se quiserem que eu repita para que fique depois no estatuto". -----

Presidente da Assembleia: "Só antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, só fazer uma referência porque é importante. Uma vez foi levantado pela



Senhora Deputada Vera Belchior a questão do Direito de Oposição, e foi feita uma comunicação no grupo que temos no WhatsApp, comigo, com a Mesa e com todos os Líderes de Bancada saber se podíamos reunir para tomarmos posição sobre a questão relacionada com o Direito da Oposição, isto já terá sido há dois anos e refiro que por parte de nenhum dos Líderes de Bancada foi proposta qualquer tipo de reunião, ou comissão de trabalho, ou o que quer que seja relacionado com este tema do Direito de Oposição. Foi algo que foi até mesmo veiculada na Assembleia Municipal e nessa sequência se, não estou em erro, houve até um livro que foi remetido à ANAM sobre o Direito de Oposição que eu até fiz alusão numa Assembleia Municipal. Não obstante, reconhecer que efetivamente este relatório do Direito de Oposição quando nos chega, chega-nos exclusivamente com a Ordem de Trabalhos para a Assembleia Municipal e não como um elemento de estudo prévio da organização, mas tem a ver precisamente com isto, não retirando obviamente da intervenção do Deputado Francisco Oliveira qualquer valência". -----

Francisco Oliveira: " Era só para clarificar a situação, como digo não vou fazer disto uma pedra angular ou qualquer problema, mas realmente para que a gente possa ter pelo menos a noção daquilo que está no relatório e que não seja só única e exclusivamente a tomada de conhecimentos, era conveniente que nos fosse enviado, para que pudéssemos, caso, houvesse necessidade, ser discutida ou ser apresentadas propostas de alteração. E era neste sentido que eu faço agora esta alteração, e digo alteração porque na verdade o Partido Socialista fez na Assembleia Municipal propostas, como penso que fez também no executivo, relativamente ao Orçamento de dois mil e vinte e um, e que foi aprovado em dois mil e vinte e que efetivamente não consta. Porque parece que nas entidades intervenientes não foi exercido o direito na audição supramencionada, e parece-me que isso não é correto quando houve efetivamente essa pronúncia, que na verdade só ocorreu na data da reunião da Assembleia Municipal porque na verdade só nessa altura é que foi possível fazer efetivamente esse tipo de comentário". -----

Presidente da Assembleia: "O Senhor Presidente da Câmara como autor ou titular deste relatório de dois mil e vinte, tem a palavra para o comentário". -----

Presidente da Câmara: "O comentário, vou ter isso em conta, todas essas recomendações e sugestões que o Deputado Francisco Oliveira falou e vamos tomar essa atitude para o futuro. Era só isso". -----



Presidente da Assembleia: " Mas relativamente à questão da alteração do relatório para a inclusão da proposta de alteração que o Senhor Deputado Francisco Oliveira?" -

Presidente da Câmara: " Eu não me oponho a que seja alterada". -----

Presidente da Assembleia: "Aqui tem de ser ao contrário Senhor Presidente, tem de aceitar, porque o documento é seu. Nós aqui, porque na Assembleia só fazemos a tomada de conhecimento, em bom rigor significa que a tomada de conhecimento tem que ser alterada, depois nós fazemos a tomada de conhecimento". -----

Presidente da Câmara: " Aceito a alteração". -----

Presidente da Assembleia: "Aceita a alteração. Doutor Francisco Oliveira, se quiser depois fazer só o favor de fazer chegar essa alteração por escrito". -----

Francisco Oliveira: "Ok. Farei chegar", (Doc. n.º2 anexo a esta ata). -----

Foi feita a tomada de conhecimento. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos três e quatro e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 2.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2021-2025; -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 2.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2021-2025, incluindo a 2.ª Alteração do Mapa de Pessoal e 2.ª Alteração do Plano de Recrutamento para 2021; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO DO PONTO TRÊS:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Óscar Hilário e Cândido Reigado. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de



Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO DO PONTO QUATRO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: três (03) Óscar Hilário, Cândido Reigado e Leonardo Paço. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da inclusão ao abrigo da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente ao "Inventário do Património Respeitante ao Ano de 2020", aprovado em Reunião de Câmara de 31-05-2021"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Boa noite a todos e a todas. Queria colocar uma questão que temos aflorado aqui ao longo de várias Assembleia e neste relatório agora não vejo contemplável, não sei se teve desenvolvimentos, que é exactamente a questão do encerramento da Sociedade Polis e da propriedade que está afecta à Sociedade Polis, nomeadamente as lojas associadas ao PH, as outras também, outro património que esteja associado à Sociedade. Não se percebe se entretanto essa questão foi resolvida. Numa reunião de Assembleia julgo que no verão passado o Senhor Presidente disse que ia tomar diligências, até reuniões agendadas, provavelmente houve aqui algum desenvolvimento, mas é isso que pedia esclarecimento". -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente era uma questão que realmente era para colocar no outro ponto mas neste caberá, que era se o Senhor Presidente nos poderá responder sobre a situação do PDM. Situação que tem sido regularmente questionada e



eu de facto era para ter questionado aquando a apreciação da informação, mas como não verifiquei na apreciação da informação que viesse qualquer referência à situação do PDM, questionava-o agora. Muito Obrigado". -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão da Sociedade Polis, tem sido difícil o encontrar da acção, da redacção, da escritura de transferência de propriedade, mas a Doutora Ana Nunes está, penso que já está, a conseguir encontrar algum entendimento com o Doutor, com o Notário, por forma que se faça essa escritura e dentro de pouco tempo penso que isso vá acontecer. Relativamente à questão do PDM, pois não tenho mais informações, por isso é que também não estavam inscritas mais informações que aquelas anteriores. O diagnóstico está feito, agora quero reunir, não na próxima semana mas outra semana com a empresa que está a fazer isto para os caminhos a tomar". -----

Pedro Coelho: "Nessa perspectiva não teria que existir uma menção neste relatório sobre esse aspecto que está pendente? Há semelhança do que aconteceu em anos anteriores. No inventário". -----

Presidente da Câmara: "Sociedade?" -----

Pedro Coelho: "No Inventário do Património, objecto neste relatório deste presente ponto. Mas em anos anteriores existia uma menção sobre essa questão, que não estava resolvida, que estava latente, e aqui neste relatório não há qualquer abordagem". -----

Presidente da Câmara: "É um reparo". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: uma (01) Óscar Hilário. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----



A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da inclusão ao abrigo da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente aos “Documentos de Prestação de Contas do Município de 2020, Incluindo a Proposta de Aplicação de Resultados”, aprovados em Reunião de Câmara de 31-05-2021; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25 Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de Abril, bem como a alínea c) do número 1, do artigo 6.º, da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à “Transferência de Verbas para as Freguesias do Concelho”; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: “ Senhor Presidente era só para dar aqui indicação que votaremos a favor desta transferência mas queria só realçar que manda a lei que sejam ouvidos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Infelizmente não aconteceu. Era só para lembrar esta questão, acho que é importante e é importante haver diálogo também com as freguesias e nos termos da lei efectivamente há obrigatoriedade de serem ouvidos mesmo que os valores sejam os idênticos ou que não haja grande alteração.



Mas é sempre conveniente que isso aconteça e que se cumpra a lei em conformidade. É só. Muito Obrigado". -----

Presidente da Câmara: "Se agora houve diálogo ou não, pois acredito que não. Que tem havido muito diálogo e algum mais eficaz outro menos eficaz com os Presidentes de Junta, nunca me neguei ao diálogo, aliás, já disse isso algumas vezes aqui nesta Assembleia e noutros sítios, esta transferência de competências vem do encontro quer das competências quer dos valores a essas competências referentes, foram num processo de diálogo bastante moroso, demorado e com os vários interlocutores e os vários atores do processo a participar profundamente. Como isto era para manter as mesmas transferências de competências, não havendo, digamos que nenhuma renúncia a algumas competências nem aumento para mais competências entendi que não era necessário haver mudança nem de competências nem de verbas adequadas às competências transferidas. É só". -----

Francisco Oliveira: " Senhor Presidente pois eu não tenho dúvidas de que, portanto a intenção, e nós sabemos o tempo que levou até que se chegasse a estas conclusões e aos valores e tudo mais, mas o que é facto é que manda a lei que sejam ouvidos nem que seja para dizer que estão completamente de acordo. E também sabemos que até dia trinta deste mês tem de ser entregue esta declaração e que isso mesmo o iremos fazer esperando que o facto de não terem sido ouvidos não venha a trocar aqui este processo. Parece-nos que não, mas só para que futuras situações não venham a ocorrer nesse sentido. Muito obrigado". -----

Presidente da Assembleia: "Senhor Presidente, todas as Juntas de Freguesia estão representadas nesta Assembleia e se votarem contra certamente será um sinal se aprovarem pois certamente aceitarão as condições que estão aqui impostas, e portanto a audição também se faz nesta Assembleia como disse há pouco, é aqui que se tem que discutir, sendo membros do pleno direito da Assembleia Municipal poderão fazê-lo aqui como direito próprio e com toda a legitimidade para o documento "in truncando" como diz em qualquer ilegalidade que possa resultar da não audição. Mas para isso, e daí eu ter feito expressamente a questão aos Senhores Presidentes das Junta de Freguesia se algum deles queria tomar palavra relativamente a este ponto". -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente é só para dizer que é uma interpretação um bocadinho extensiva da questão, porque a audição não é uma audição prévia para o documento chegar aqui e ser discutido. Mas pronto, não vou colocar mais questões mas



para que de futuro efectivamente se cumpra a lei nos termos da audição prévia antes de chegar à Assembleia Municipal já como noutras situações para que elas depois não sejam discutidas em meia hora ou em quinze minutos que é o tempo que muitas vezes nos dá para discutirmos este tipo de pontos ou este tipo de questões. Imaginemos que fossem questões importantes ou que alguém quisesse colocar alguma questão mais relevante. É só isso".-----

Presidente da Assembleia: "Induzida assim, meus Senhores, como está mais jurídica do que nunca esta Assembleia, não uma interpretação extensiva mas uma interpretação dos direitos de pleno direito porque são mais do que meia hora, os documentos vão com bastante tempo de antecedência, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia recebem também as atas do Executivo e portanto, é o que eu digo, mais do que nós estarmos a falar na pessoa deles é eles próprios tomarem essa posição se assim o desejarem fazer relativamente a este ponto". -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Dinis Nascimento: "Muito boa noite a todos. Em relação aqui a este contrato que foi feito com a Câmara Municipal, tivemos várias reuniões é verdade, antes, no ano anterior até chegarmos a este ponto, agora, realmente este ano não houve nenhuma reunião connosco para decidir se estava tudo bem e se havia alguma coisa a acrescentar ou não. Eu vou votar favoravelmente, pois não vou estar a prejudicar portanto a minha Freguesia, porque isto tem de ser entregue até dia trinta de Junho, mas no entanto, se calhar poderia haver uma coisinha ou outra a acrescentar. Se calhar, por exemplo, nós temos, imagine na Guia, que por acaso está a ser construído um jardim, não é, através do Orçamento Participativo, esse jardim que tudo indica que quem vai tratar da manutenção será a Junta de Freguesia da Guia, logo aí também se calhar deveria pensarmos nisso e aumentar uma pequena verba para acrescentar a este contrato. Acho que poderia haver mais se calhar mais diálogo entra a Junta e a Câmara. Obrigado". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis,



Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, referente ao "Regulamento para Atribuição de Subsídio de Arrendamento em Vigor no Município de Albufeira - Medidas Extraordinárias - Proposta"; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, por força do disposto previsto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à "Licença - Alteração do Loteamento - Alvará n.º 10/1994 - Golden Summer Ville, S.A. - Bem Parece, Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Processo n.º Lotº 421/1974";-----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Óscar Hilário: " Senhor Presidente, a minha intervenção tem só a ver com a leitura do documento em que indica que existem dois pareceres favoráveis condicionados, a Divisão de Turismo e Desenvolvimento, e há uma inconformidade de acordo com o que está no projecto, ponto vinte e dois. Pedia apenas um esclarecimento relativamente a esta situação, se alguém possa-me dar". -----

Presidente da Câmara: "Ia pedir à Senhora Vice Presidente ou ao Senhor Arquitecto para esclarecerem essa questão, uma vez que são experts na matéria". -----

Arquiteto Eduardo Viegas: "Muito boa noite. Foi o ponto vinte e dois da informação técnica, correto. O que consta na informação tem a ver com uma pequena correcção em termos de representação gráfica que poderá ser facilmente corrigida numa fase subsequente, não obsta à persecução, digamos assim, do avanço deste procedimento, é uma questão de condicionar à rectificação posterior deste elemento gráfico da planta. O assunto que está, digamos assim, apresentado a esta Assembleia tem a ver com a desafecção de uma área, de uma faixa que foi cedida na versão do loteamento que está em vigor para a passagem de uma conduta, neste momento foi avaliado pelos serviços do DISU que essa faixa não é necessária de futuro para passagem da conduta. A conduta já hoje em dia circula, passa pela via pública e, digamos assim, os promotores pretendem que essa zona reverta novamente para poder ajustar a confrontação dos lotes, mudar a sua configuração. E é nesse âmbito que a proposta está aqui a ser submetida à Assembleia, e esta questão que está aqui na informação técnica irá ser certamente rectificadas mas não obsta a esta questão, é uma mera correcção gráfica." -----

Francisco Oliveira: "Sendo assim, uma vez que o Senhor Arquitecto esclareceu, eu propunha que na ata ficasse a aprovação, portanto desta alteração de "Licença de Alteração ao Loteamento" condicionada aos pareceres que levantam essas mesmas condicionantes. Portanto, que de certa maneira a que resguardássemos que esta licença fica condicionada à obtenção destas pequenas alterações. Quer do ponto vinte e dois quer da outra questão que também tinha sido levantada. Portanto conste que a aprovação é condicionada". -----

Presidente da Assembleia: "Eu parece-me que nós na Assembleia Municipal não podemos fazer dessa forma, mas isto sem retirar qualquer positivismo da sua intervenção ou da sua proposta por um motivo. É que nós temos que alterar, nós temos



que aprovar a alteração do Loteamento, Senhor Arquitecto depois ajudar-me-á depois neste ponto, nós temos que aceitar alterar a operação de alteração do Loteamento de forma a que a Câmara posteriormente para a concretização dessa alteração tenha com base a nossa aprovação e depois dará resposta ao cumprimento dessas informações. Porque não pode, porque se nós condicionarmos o que já está condicionado parece-me que depois tinha de vir aqui para voltar a ser confirmado". -----

Arquiteto Eduardo Viegas: "Longe de mim questionar qualquer forma de actuação da Assembleia, mas digamos assim, em termos dos serviços precisamos de uma decisão sobre este ponto e o requerente também precisa de uma decisão deste ponto para saber de que forma pode actuar de futuro sobre a Proposta de Alteração do Loteamento. Se for aprovado esta proposta de alteração da configuração da área de cedência o procedimento seguirá de uma forma, se não for aprovado, pois não será possível fazer esta alteração e terá que ter outra sequência. Se ficar condicionado e tiver de voltar à Assembleia acaba por ser uma indefinição, digamos assim, neste procedimento".-----

Presidente da Assembleia: "O que nós estamos aqui a aprovar trata-se não propriamente da Alteração do Loteamento mas sim a desafecção daquela parcela que está no domínio público, para o domínio privado da Câmara Municipal, de forma a que depois possa fazer essa alteração do Loteamento propriamente dito". -----

Arquiteto Eduardo Viegas: "Exactamente". -----

Presidente da Assembleia: " Nós não estamos propriamente a alterar o Loteamento, estamos é a autorizar a Câmara a desafectar de domínio público público para o domínio público privado daquela parcela de terreno". -----

Arquiteto Eduardo Viegas: " Sim. Não está aqui na Assembleia em causa a aprovação da Alteração ao Alvará de Loteamento, isso é uma competência da Câmara Municipal no âmbito do procedimento de licenciamento. O que está aqui em causa, é apenas e tão só, a questão da cedência, porque há uma área que foi, digamos assim, integrada no domínio público municipal e que alterar essa configuração é uma competência da Assembleia, e isso sim, digamos assim, é o que está apresentado aqui hoje". -----

Presidente da Assembleia: " Porque se nós aprovarmos e não derem cumprimentos a esses pareceres". -----

Arquiteto Eduardo Viegas: "É igual, não é aprovado". -----



Francisco Oliveira: "Senhor Presidente se assim for e provou-se se calhar o meu desconhecimento em relativamente ao procedimento, a situação dos Membros da Assembleia que aprovam uma situação que poderá eventualmente ter condicionantes está esclarecido e eventualmente estaremos resguardados. Mas não quero é que eventualmente estejamos a aprovar um documento que tem um parecer condicionado, como disse o Senhor Arquitecto, é à Câmara Municipal que depois cabe efectivamente cumprir esse mesmo condicionando e portanto nesse aspecto não levanto problemas e votaremos favoravelmente". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Empreitada de Construção de Lar, Apoio Domiciliário e Centro de Dia - Fontainhas"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis,



Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Empreitada de Reabilitação do Espaço da Antiga Igreja Matriz de Albufeira"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Uma pergunta ao Senhor Presidente. Este Processo é um processo que tinha, penso eu, subsídio quer europeu ou eventualmente nacional. Há aqui uma participação de uma entidade externa, mas penso que o prazo entretanto foi excedido e a Câmara Municipal vai ter que suportar esta empreitada de reabilitação na sua totalidade. Queria só esse esclarecimento e portanto verificar se, com o termo do prazo não intercedemos a obra no que diz respeito à Câmara Municipal".-----

Presidente da Câmara Municipal: "Sei que o contrato já foi assinado, falta só o visto do Tribunal de Contas". -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Relativamente a esta questão e hoje estive a falar justamente com os serviços sobre o ponto de situação relativamente a esta obra. O ponto de situação é que já temos contrato, estamos à espera do visto do Tribunal de Contas, e da informação que eu tive hoje não ultrapassou esse prazo, penso que o prazo está ainda dentro da conformidade. No âmbito da candidatura do PARU as coisas estavam articuladas e portanto penso que ainda está a decorrer, está tudo em conformidade".-----

Presidente da Câmara: "Tem a ver apenas com uma questão dos erros e omissões por isso é que tem estado um pouco mais demorado". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----



VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Cândido Reigado e Óscar Hilário -----

Ausência: uma (01) Pedro Coelho. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----
A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Empreitada de Requalificação de Muros, Escadarias e Estabilização da Arriba da Praia do Peneco; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausência: uma (01) Pedro Coelho. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----



PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Materiais em PVC a Aplicar na Remodelação e Conservação da Rede de Abastecimento de Água e Saneamento", até ao limite de 80.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausência: uma (01) Pedro Coelho. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Materiais em Ferro Fundido a Aplicar na Remodelação e Conservação da Rede de Abastecimento de Água e Saneamento", até ao limite de 350.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, era só fazer aqui um realço relativamente ao ponto catorze, ponto quinze, ponto dezasseis, ponto dezassete. Portanto há aqui todo um valor que começa com trezentos e cinquenta mil euros, com mais duzentos e noventa mil euros, com cerca de duzentos e noventa mil euros também depois no ponto dezasseis, também pelo preço de duzentos mil euros no ponto dezassete e ponto



dezoito, somando a isto, somando a isto um valor de duzentos e quarenta mil euros penso que em Fevereiro que também foi utilizado, pelo menos é o que consta da informação do Senhor Presidente. Portanto estamos aqui a ver que há uma série, um valor distribuído por várias rubricas que vai já na ordem de milhão, milhão e meio talvez relativamente a estas matérias. Limpezas, depois já será uma outra área mas Colectores e Ramais Residuais mais cento e noventa mil euros, e portanto é demonstrativo que há aqui uma estratégia que está a falhar ou que eventualmente não há um plano relativamente a estas matérias, porque de facto em todas as Assembleias aparecem valores relacionados com a questão das águas, e portanto não há um plano geral neste sentido. Este, neste momento temos aqui qualquer coisa como um milhão e meio, até um pouco mais do que isso. Perguntar ao Senhor Presidente se, pretende ou não, apresentar um plano de recuperação destas situações de fornecimento contínuo de materiais e dos ramais de água de forma a que se possa prever e até poupar algum dinheiro relativamente a estas matérias. Obrigado". -----

Presidente da Assembleia: "Como o Senhor Deputado Francisco Oliveira fez a referência ao ponto catorze, quinze, dezasseis, dezassete e dezoito, lanço a discussão destes pontos em conjunto e assim saber se há mais inscrições". -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão do Deputado Francisco Oliveira e estes quatro pontos, e tendo a ver sempre com a questão aqui relacionada com a água, quer dizer que isto só está aqui porque é plurianual. Isto há aqui alguns que se calhar pelo menos dois anos são contemplados, portanto não há assim um valor tão grande, parece um valor grande se for por um ano, poderia ser mais problemático, assim neste caso, mas são necessidades que acontecem a todo momento. É só". -----

Francisco Oliveira : "Senhor Presidente a questão nós sabemos que efectivamente é plurianual, a questão é que todos temos conhecimento que os ramais, que todas as condutas já estão numa fase às vezes de fim de vida e portanto ter que ter alguma atenção relativamente a isso e os serviços vão conhecendo essas mesmas situações. E portanto a ideia e era aquilo que eu perguntava e propunha incluindo também aqui a questão do ponto dezanove, já gora seria também o ponto dezanove, é que se não há a perspectiva de um plano no sentido de ir reparando ou utilizando verbas para que elas não cheguem depois ao final e tenha que se estar a ter um custo superior. Eu acredito que como o Senhor Presidente há pouco referiu que as condutas têm um período de vida de cerca de quarenta anos, algumas rebentaram porque tinham vinte mas eventualmente foram mal colocadas ou outro problema qualquer. Mas sabendo que há um período de vida normal de cerca de quarenta anos era tentar começar a perceber e fazer um plano no sentido de recuperar e evitar as roturas e que sabemos que não é só o problema portanto dos materiais mas da água que também se vai perdendo com essas roturas quando elas acabam por rebentar". -----



Senhor Presidente: "O plano existe, não existe um plano generalizado para fazer a remodelação de todas as condutas, está-se a trabalhar nesse aspecto relativamente à questão do património instalado, mas relativamente a estes pontos é preciso ver que está aqui alguns que são "Fornecimento Contínuo de Materiais de Ferro Fundido", por exemplo, isto é necessário que haja ferro fundido independente que seja para fazer remodelações ou redes novas. Depois "Fornecimento de Contadores de Água", faz parte do dia-a-dia haver necessidades de novos contadores ou substituição de alguns já com fim de vida. O ponto dezasseis é "Reparação de Roturas", isto devesse com a questão da falta de pessoal como já tenho falado bem como a questão da " Ampliação da Rede de Abastecimento de Água" onde irá certamente usar os materiais que estão aqui no ponto catorze principalmente e no ponto quinze que são dos contadores. "Limpeza de Linhas de Água do Concelho de Albufeira e Desobstrução" isto tem a ver com a questão da parte hídrica, são todos dos colectores, também é a mesma coisa da questão das redes, são tudo coisas necessárias para haver uma melhor gestão daquilo que é o património instalado para este efeito, seja de água, seja de saneamento, seja das próprias linhas de água. Não à propriamente um plano mas temos um chamado GPI que é a "Gestão do Património Instalado" que ajuda um pouco a resolver algum tipo de situações". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Pedro Coelho e Francisco Guerreiro. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na



redação em vigor, referente ao Concurso Publico para "Fornecimento de Contadores de Água Incluindo Sistema de Telecontagem Via Rádio", até ao limite de 290.000,00€ + IVA; -----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Pedro Coelho e Francisco Guerreiro. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Publico para Execução da Empreitada de "Reparação de Roturas em Conduitas e Ramais da Rede de Abastecimento de Água do Concelho de Albufeira - 2021/2022", pelo preço base de 290.000,00€ + IVA; -----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Pedro Coelho e Francisco Guerreiro. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----



PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Publico - Empreitada para "Ampliação da Rede de Abastecimento de Água no Concelho de Albufeira 2021/2022", pelo preço base de 202.000,00€ + IVA; -----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausência: uma (01) Pedro Coelho. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO DEZOITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Publico para Execução da Empreitada de "Limpeza e Desobstrução das Linhas de Água do Concelho de Albufeira", pelo preço base de 250.000,00€ + IVA; -----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausência: uma (01) Pedro Coelho. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de



Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO DEZANOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Publico - Empreitada para " Execução de Coletores e Ramais de Águas Residuais e Pluviais", pelo preço base de 190.000,00€ + IVA; -----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausência: uma (01) Pedro Coelho. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO VINTE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Prestação de Serviços de Manutenção Completa de Sistemas Semafóricos de Albufeira por 1095 Dias", pelo valor total de 65.001,10€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausência: uma (01) Pedro Coelho. -----



Votos a favor: vinte e quatro (2) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO VINTE E UM

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Locação de Módulos Sanitários para Mercados Quinzenais, Feira Franca e Outros Eventos - 2021/2022", pelo preço base de 30.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausência: uma (01) Pedro Coelho. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO VINTE E DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Fornecimento de Serviços de Manutenção Completa para o Elevador da Praia do Peneco", pelo preço base de 24.000,00€ + IVA; -----



O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausência: uma (01) Pedro Coelho. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO VINTE E TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Fornecimento de Consumíveis e de Serviços de Assistência Técnica a Equipamentos Multifuncionais e de Cópia da Marca Canon e Nashuatec", pelo preço base de 50.000,00€ + IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausência: uma (01) Pedro Coelho. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de



Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO VINTE E QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Aquisição de Serviços Contínuos de Operação e Manutenção de Postos Públicos de Carregamento de Veículos Elétricos do Concelho de Albufeira", pelo valor total de 32.623,20€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: um (01) Cândido Reigado. -----

Ausência: uma (01) Pedro Coelho. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreira - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO VINTE E CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Fornecimento Contínuo de Fardamento para o Município de Albufeira", pelo preço base de 239.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausência: uma (01) Pedro Coelho. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO VINTE E SEIS

Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo PSD intitulada "Pela correcção da forma de cálculo dos infetados pelo SARS-COV-2 no concelho de Albufeira". -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões lê moção. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata)-----

Francisco Oliveira: "Tomamos devida nota desta moção, devo dizer que esta preocupação não é uma preocupação do PSD nem de qualquer outra força política, isto é uma preocupação dos Albufeirenses, neste caso dos algarvios e de todos aqueles que estão efetivamente nas zonas sul da Europa. Como é sabido e quem tem conhecimento destas matérias, sabe que esta matriz é uma matriz internacional à qual obedecemos, Nós temos aqui uma dificuldade que temos vindo a lutar, eu lembro-me que em Janeiro, Fevereiro, ou talvez antes, houve um problema com Portimão e também foi alvo desta situação e naturalmente que se manteve a situação e infelizmente teve de regredir quando já estavam numa situação de pensar em alterar realmente as condições de vivência e as condições que efetivamente o desconfinamento iria permitir. Nós temos tido várias reuniões com as autoridades de saúde, regionais e nacionais, ainda ontem tivemos uma reunião com a Presidente da Comissão de Saúde, com o Vice-Presidente do grupo parlamentar e com algumas outras pessoas, nomeadamente com a Dra. Elsa



Freitas, por parte do nosso deputado, o deputado Luis Graça e de facto estamos a trabalhar nessa situação, porque para nós é profundamente preocupante que o tecido económico, como aqui se refere, possa eventualmente ter uma quebra como teve o ano passado, ou eventualmente pior. Temos perfeitamente e total consciência de que isto acontece ou possa vir a acontecer. Dê-vos dizer que para além do Algarve, outras regiões turísticas, em Espanha, na Grécia, Itália, por aí fora, estão também com o mesmo problema. E de fato a questão, reside no problema do denominador comum e na impossibilidade ou na dificuldade de conseguirmos alterar esse denominador comum. Algumas das medidas que foram trazidas, foram trazidas também no sentido que o processo de vacinação vai ser acelerado, há também uma situação em que recuamos os horários, utilizando para o efeito necessário o certificado de vacinação agora criado, foi hoje aprovado no Conselho de Ministros e portanto, pode eventualmente também trazer alguma pequena redução, mas de fato compreendemos que o problema que está aqui em causa tem a ver com uma medida que foi bem tomada, na altura por parte do Senhor Presidente, que foi a instalação de um centro de testagem, mas que eventualmente pode estar a trazer problemas a Albufeira. Porque infelizmente acontece que são testados aqui os estrangeiros, os nacionais, normalmente são registados nos seus locais de origem. Os estrangeiros há uma dificuldade maior porque na verdade são registados no local onde neste momento estão a residir, nomeadamente no hotel x ou no hotel y, para isso estamos a ver se conseguimos criar uma tabela anexa que eventualmente venha a configurar esse mesmo número de estrangeiros. É uma situação que se passa também em Lisboa, também se passa em outras zonas e noutras grandes cidades do mundo, é de fato, com a vinda do verão e das deslocações haver este problema. Propõem-se também a determinada altura, caso não se consiga evitar esse recuo, mesmo que seja feito por freguesias e não por concelho, e portanto, tentarmos aqui também dividir o mal pelas aldeias e exigir, também ao executivo o reforço da fiscalização dos estabelecimentos incumpridores, mas daqueles dos centros de testagem que têm vindo a ser utilizados, que nos parece não estar já a cumprir a sua verdadeira função. O que é que acontece aqui? Pela informação que vamos tendo, o centro de testagem testa toda a gente que aparece ali, supostamente e corrijam-me se estiver errado, o que acontece é que os residentes não pagam, o custo daqueles que não são residentes é inferior à média dos outros centros de testagem e nós temos conhecimento também de que há, o termo se calhar estarei a exagerar, excursões a



Albufeira para serem testados aqui no centro de testagem. Isto muitas vezes trás este acréscimo quer de estrangeiros, quer de nacionais. Os nacionais são registados, vinte e quatro horas, quarenta e oito horas depois, relativamente a isto, mas de facto estamos a verificar que nunca Albufeira teve um número tão elevado de infectados, só começou a ter naturalmente após o centro de testagem estar a funcionar. Continuo a dizer que não é uma má decisão, mas nesta altura em que se abriu o centro de testagem, foi próximo do verão e naturalmente que os resultados começaram a aumentar. Devo dizer que, estou de acordo e nós vamos votar a moção do PSD, porque efetivamente entendemos que não é uma questão partidária ou política no sentido político partidária, é uma questão de agentes de Albufeira. Gostaria só de realçar aqui um pequeno pormenor, é que de facto não se trata de uma questão constitucional, porque na verdade a lei é igual para todos, pode ser injusta, posso reconhecer que não é justa ou que pode não ser justa e não estar a ser devidamente adaptada. Quanto ao princípio da igualdade em direito constitucional não me parece até porque basta ler aquilo que diz o artigo treze para perceber que nada disso tem a ver, eu passo a citar que, *todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual*. Portanto, o que nós temos aqui não é uma questão de inconstitucionalidade, porque se fosse se calhar já tinha sido decretada e alguém já tinha levantado. Aliás, quando existiram as famosas providências cautelares pela declaração do estado de emergência elas foram recusadas. Mas neste caso concreto, o que é infeliz é que a lei é aplicável a todos os concelhos nos mesmos termos e portanto, não há aqui uma desigualdade. Há, de facto, aqui um tratamento que entendemos ser injusto, mas que é também uma situação que não nos cabe a nós, quem nos dera sermos nós a podermos alterar os números, mas tem a ver com a forma como transmitimos esses números à entidade internacional e portanto estamos sujeitos a esta regra. Dê-vos dizer que juntamos a nossa à vossa voz, estamos a fazer diligências, como disse, ontem teve uma delegação do PS Albufeira na Assembleia da República, as entidades estão completamente conscientes do problema que isto pode trazer não só para Albufeira, mas também para o Algarve e para todos os outros concelhos e portanto, nesse sentido iremos aprovar esta moção e fazer todos os esforços no sentido de que



a situação seja resolvida e que possamos efetivamente arranjar aqui uma fórmula paralela ou uma lista paralela que consiga resolver este tipo de situações. Acontece também, informações que tenho tido, que algumas pessoas têm estado no centro de testagem com indicação de que muitas vezes residem ou têm morada em Albufeira para não pagarem o teste. Não sei se isso é residual, se não é, mas o que é facto é que nestas situações acontecem sempre problemas que temos de resolver e portanto, se calhar não será por aí, mas pelo conjunto de todas as situações que o centro tem levado, porque as pessoas são registadas aqui e, é depois Albufeira que reparte efetivamente estes números, que como disse no início, nunca tivemos números tão elevados, mesmo na altura da pandemia. Entretanto, o que aconteceu também que levou a que realmente houvesse um maior afluxo foi a abertura das fronteiras, que para nós era fundamental e a vinda dos turistas, quer portugueses, quer internacionais. Mas, infelizmente as situações são muitas vezes conflituantes e nesse sentido temos que arranjar aqui uma solução para o problema."-----

Adriano Ferrão: "Boa noite a todos os presentes, à mesa e excelentíssimos deputados e restantes autarcas, estive a ouvir com atenção o que o senhor deputado Francisco Oliveira esteve a dizer e muito me apraz que esteja de acordo com a moção que foi aqui lida por parte do PSD. De facto estamos a viver uma situação que é dramática, que se avizinha e é bom utilizar aqui uma linguagem que os munícipes consigam compreender, é dramática e avizinha-se uma situação muito delicada. É claro que vamos precisar da ajuda de todos, numa frente comum, sobretudo por Albufeira e também pelo Algarve, quando pensamos um pouco mais alargadamente, porque se trata de um problema que é de grande amplitude e carece de medidas urgentes. Era para já terem existido as medidas, ultrapassando até a esfera partidária, por isso considero as suas palavras. Contudo, sabemos que quem errou, quem não conseguiu prever e quais foram os erros, também sabemos de onde veio essa falta de soluções atempadas. Compreendo que instituições internacionais coloquem regras a Portugal, num certo normativo que tem de ser cumprido, porém a emergência está cá. São os Albufeirenses, são os munícipes que vão sofrer na carteira e no corpo a incidência desta pandemia que volta com o vírus com uma estirpe mais agressiva, como todos nós ouvimos falar. Eu não vou e penso que o Partido Social Democrata não vá deixar de apontar o dedo aos responsáveis. Eles estão em Lisboa e penso que negligenciaram o que vinha a acontecer no Algarve e particularmente em Albufeira. O Senhor



Presidente fez uma reunião de emergência, nesta Câmara, houve um comunicado precisamente a colocar o dedo na ferida e a dizer quais eram os problemas que aí estavam. Esta forma de cálculo é uma aberração, é injusta, traduz um cenário que é irreal, cria rácios que são erróneos, que despistam a verdade e que nos trazem agora estes graves problemas que vão limitar toda a ação do tecido económico e todas as implicações que daí advêm. Por isso apelo ao Partido Socialista e aos outros partidos aqui presentes e a todos os munícipes, forças empresariais e outros parceiros sociais que, unidos no Algarve e isto também já foi patente no próprio concelho socialista de Loulé, a Câmara Municipal Socialista de Loulé também já o colocou, também a Câmara de Portimão já o colocou, enfim, há entidades, como a AMAL que também já falaram nisto, a própria Delegada Regional de Saúde também, enfim, é necessário que o governo tome medidas. Estamos a viver um clima de urgência, um clima de emergência diria eu mesmo, e isso faz com que ações, as soluções a serem tomadas tenham eficácia e sejam realmente rápidas e não agora com esta comunicação que nós hoje tivemos que estamos agora de risco elevado vai limitar as empresas a uma ação que vai ser altamente penalizadora das suas finanças, também se vai refletir na empregabilidade, vai se refletir em todas estas pessoas que aqui vivem e que são os nossos munícipes que convivem connosco e que, nós estamos aqui para servi-los nesta excelentíssima e digníssima Assembleia e que penso que todos nós temos essa responsabilidade e vamos ter que a cumprir e por isso devemos estar o mais unidos possível quanto a um governo que realmente negligenciou essa parte, ou pelo menos foi incompetente na sua previsão.”-----

Francisco Oliveira: “Senhor Presidente e Senhores Deputados, parece-me um bocadinho leviana a forma como se coloca, se o governo pudesse ter feito alguma coisa ou alterado a matriz de risco, ou resolvido esta situação já tinha resolvido, em Portimão, já em outros concelhos e noutras circunstâncias. Isto não se trata de uma má vontade, não se trata de uma atitude de não querer resolver o problema, trata-se das dificuldades que efectivamente se enfrentam relativamente a esta matriz internacional. Os esforços que têm estado a ser efectuados relativamente a isto não são de agora, são esforços já de algum tempo e portanto não foi só quando apareceu, por exemplo, esta moção que até apareceu há dois dias e em cima de nós estarmos já com os mais de quatrocentos e oitenta, efetivamente isto tem vindo a aumentar de uma forma exponencial neste concelho de Albufeira e verifica-se que o concelho de



Albufeira é de facto o concelho com mais infectados e tem a ver efetivamente com a existência do referido centro de testagem, que continuo a dizer que é uma boa medida mas tinha de ser devidamente controlada e devidamente verificada. Não me parece que haja aqui uma intenção de prejudicar quem quer que seja, sabemos todos nós que vivemos no Algarve a necessidade do turismo, a Senhora Secretária de Estado, o Ministro da Economia, o Senhor Primeiro Ministro, têm perfeita e total conhecimento dessas situações e portanto, tudo o que está a ser feito, há agora um técnico do INSA que está a tentar resolver a situação, arranjar uma fórmula paralela relativamente quer aos turistas quer a outras formas de residentes, que vivem no Algarve e vivem em Albufeira propriamente e que possam não estar registados como residentes efectivos, são muitas vezes residentes só na Câmara Municipal mas não estão registados nos Censos e no INE. Portanto, há toda uma série de situações a verificar e como digo, a questão de encontrar os responsáveis parece-me mais uma atitude menos conciliatória, há que efetivamente resolver o problema, porque todos nós temos responsabilidade nestas matérias e temos que efetivamente enfrentá-las e tentar resolver da melhor forma. Eu digo, até pelo texto da moção, o texto da moção apela a que as Assembleias Municipais se unam no Algarve, mas eu não tive essa noção quando aconteceu o que aconteceu em Portimão, não houve essa solidariedade que agora há e que há por parte de Loulé e o facto de Portimão ser um concelho com um determinado cariz político, não foi por isso que não sofreu as consequências e teve os problemas que teve. Como digo, afastando a questão político partidária, estamos todos nisto e na luta para conseguir resolver o problema e para solucionar as questões fundamentais da economia que são, efetivamente, complexas porque todos nós, infelizmente também sabíamos que com o desconfinamento poderia haver o aumento da infecção. E mais, nós estamos a debater, não só com a variante Delta, mas com a Delta, que supostamente é ainda mais perigosa do que a variante inglesa e do que a variante Delta. Eu alerto, com uma informação que tive, que aquele grupo de holandeses que costuma vir para Albufeira está escalado para vir aí um dia destes, portanto, é bem possível que as coisas possam ter realmente outro tipo de agravamento e vamos tentar também obstar, lá está, nós queremos cá as pessoas e queremos as pessoas para resolverem aqui o problema da economia local, mas há e sempre houve, desde o início da pandemia esta dicotomia, este problema entre a saúde e a economia. De facto, estamos agora a confrontarmo-nos com esta questão aqui em Albufeira, que já nos confrontamos o verão passado mas, não foi tão grave e



parece que temos realmente de resolver a situação, porque não sei até que ponto os ingleses iriam abrir agora a vinte e oito, sei que a Madeira já conseguiu ter luz verde e portanto os ingleses já abriram para a Madeira, para nós seria de todo importante também abrirem para cá. Mas a abertura pode trazer consequências em termos sanitários, ninguém o pode apurar sem efetivamente as coisas virem a acontecer. Mais uma vez, venho realçar que estamos aqui unidos nesta situação e todo o contacto, todas as informações, penso que o Dr. Rolo já reuniu com o Secretário de Estado, Jorge Botelho, que é responsável pelo Algarve algumas vezes, já lhe foi transmitida também esta situação e estamos todos nesta luta. Como diz o Vice-Almirante, estamos numa guerra e é preciso efectivamente combatê-la e ganhá-la."-----

Presidente da Assembleia: "Sei que isto é um tema que é importante para o concelho, mas pedia-vos algum poder de síntese, porque senão nós tivemos quatro intervenções, nas quatro intervenções gastamos quase vinte e cinco minutos. É um poder de contenção relativamente às intervenções para que consigamos ouvir todos os ainda inscritos."-----

Gaspar Meirinho: "Vou tentar ser breve no meu objectivo, nos comentários que o senhor deputado Francisco Oliveira fez, queria tentar perceber algumas coisas, se a bancada do PS concorda com a revisão destes critérios de cálculo do número de casos positivos da Covid? Se concordam ou discordam da existência deste centro de testagem que existe em Albufeira? Porque daquilo que eu entendi, penso não ter entendido mal, ficou dito que quem vem de outros concelhos fazer os testes gratuitos em Albufeira depois é contabilizado em Albufeira, eu acho que não é assim, acho que só os turistas é que são contabilizados cá, em Albufeira, na morada dos alojamentos ou dos hotéis onde eles estão a passar a estadia. Portanto, quem vier do concelho de Braga, passar cá férias e fizer um teste, acaba por acusar positivo mas é contabilizado lá e não cá. A menos que eu tenha entendido mal. Depois, por acaso não sabia da visita do Deputados Municipais à Assembleia da República, queria saber, daquilo que vocês planaram, se ouviram que ia ser implementada alguma solução para Albufeira e para o Algarve? Se sim, o quê exactamente? Tendo em conta que o Senhor Deputado Francisco Oliveira está em carácter permanente na Assembleia da República, o que é que tem sido executado do seu conhecimento, ou se tem dado o seu contributo, e em que sentido para que seja minorada esta situação do Covid em Albufeira, de forma a que a população seja o menos afetada possível."-----



Óscar Hilário: "Só para dar o nosso parecer e o nosso sentido de voto, o Bloco de Esquerda vai, obviamente, votar a favor, colocando acima de tudo a causa que é Albufeira, é a luta pelo tecido empresarial, pelos postos de trabalho. Mas também do conteúdo da moção parece-nos que embora a forma de cálculo seja evidentemente injusta e se atendermos ao número de doentes em unidades de cuidados intensivos no Algarve, neste momento eles são residuais, o que me parece é que estamos apenas a tentar maquilhar os números da fórmula final, e isso não será solução. Também não será solução o imputar responsabilidades ao centro de testagem, também não me parece que isso seja evidentemente a solução. O que me parece que aqui devíamos fazer era tentar atacar a causa. E a causa deste flagelo só poderá ser reduzida, minorizada se tivermos uma articulação, por exemplo entre as polícias, no intuito de conseguirmos evitar formas de contágio mais frequentes, através de bares, sobretudo a partir de uma fiscalização. De resto, obviamente ficará ao critério de cada um, mas obviamente que o Bloco de Esquerda votará a favor."-----

Francisco Oliveira: "Relativamente às questões levantadas, a visita dos vereadores que estiveram mais os Presidentes de Junta tiveram connosco e foram lançadas várias soluções e várias hipóteses. Eu já disse aqui que se efectivamente o governo e as instituições de Lisboa pudessem resolver o problema já tínhamos resolvido e, para responder diretamente à questão, estamos sim de acordo que esta matriz fosse alterada. Assim o pudéssemos fazer já e, de imediato, sem dúvida alguma que estaríamos de acordo e temos pugnado por isso. Reunimos com a Graça de Freitas, que nos disse da dificuldade e dos problemas que essa questão levanta. O que é que foram tomadas como medidas para tentar minorar esta situação? Falou-se com o Senhor Vice-Almirante e o processo de vacinação vai ser acelerado no Algarve. Depois, há a questão de ter sido aprovado hoje o certificado de vacinação que vai permitir a quem está vacinado e haver a possibilidade de circular sem problemas entre os vários concelhos e também reduzir o número. Eu não coloquei qualquer dificuldade ou qualquer dificuldade ao centro de testagem, o que eu disse foi que eventualmente a fiscalização relativamente às pessoas que vêm fazer os testes ou que são de cá ou que não são de cá, pode não estar a ser feita em perfeitas condições. É só nesse sentido. O centro de testagem, eu sempre disse desde o início que é uma coisa boa, mas que se calhar trás, como é lógico, alguns inconvenientes. E como nós sabemos, nestas situações, haverá sempre situações que escapam. Nós tivemos uma reunião há algum tempo, há cerca de



quinze dias com o senhor Vice-Almirante e ele explicou-nos que de facto, há situações que não consegue controlar, deu-nos o exemplo de alguém ter desligado um frigorífico e ter perdido não sei quantas vacinas. Há coisas que às vezes são incontrolláveis, são acidentes que acontecem. E pode muito bem acontecer também situações de números ou de pessoas que eventualmente utilizam o centro de testagem, não da forma mais correta. Continuo a dizer que as pessoas que lá estão possam não ter essa informação, ou informação fidedigna. O que está a ser feito neste momento são estas duas medidas, concordamos plenamente, assim que seja possível alterar a matriz ou ter uma listagem paralela à listagem dos residentes ou daqueles que vivem em Portugal e assim se faça o mais rapidamente possível para baixar estes números, que estão a crescer exponencialmente.”-----

Adriano Ferrão: “Eu gostava de clarificar que as pessoas que frequentam centros de testagem têm números de utente, por isso os seus dados acabam por estar presentes. Esse engano não me parece ser assim um engano tão óbvio, porque é possível confirmar realmente através desse número. Quanto aos centros de testagem, eu lembro que quem fez com que houvesse os centros de testagem, quem pressionou foi o próprio governo, na altura, lembro que havia aquele problema “onde é que vamos pôr o centro de testagem”. O Partido Socialista também falou sobre isso, “onde é que se põe os centros de testagem” e o centro de testagem apareceu, faz o seu bom papel. Hoje sabemos que, em oito pessoas testadas positivas, seis são estrangeiros e dois nacionais. De modo, que o centro de testagem foi feito também com o intuito de apanhar as linhas de contágio, hoje em dia vemos que o grande efeito do centro de testagem ao considerar os números dos estrangeiros e por isso alterar o rácio acabou por trazer estas implicações negativas todas para Albufeira, considerando assim Albufeira um destino que não é grato ao turismo. E sendo um destino que é tipicamente balnear, o que vai ser dos nossos munícipes e dos seus negócios? Isso é que nos preocupa todos os dias.”-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo: “Boa noite a todos. Gostei de ouvir as palavras aqui do Senhor Deputado Ferrão que acabou de dizer que o Senhor Presidente estava preocupado com a situação e ia reunir de emergência com as forças vivas da cidade, mais uma vez as freguesias, pelo menos a minha ficou esquecida. Gostava de dizer que já hoje ouvi falar aqui do PDM que temos que reunir com as forças vivas, também a minha freguesia nunca foi ouvida. Houve mais um



assunto que eu também ouvi aqui que foi a discussão das verbas que o Dinis além de ganhar o jardim pedia mais dinheiro para tratamento do jardim, concordo plenamente. E esquecem-se de algumas obras na minha freguesia mas pronto, não tem qualquer problema, tem problema é não sermos ouvidos para nada, a minha freguesia praticamente não é ouvida e é a segunda maior do concelho. Portanto, mediante a reunião que tivemos ontem como já foi dito pelo Senhor Francisco Oliveira, como Presidente de Junta estivemos na Assembleia da Republica, foi-nos dito também que o Senhor Presidente da Câmara pode pedir o rácio por freguesias, caso queira. Não sei se já o pediu, não sei. Estou aqui para resolver a questão uma vez que estamos a falar do Covid, é mais uma deixa aqui. Estamos a falar mas é assim as freguesias estão esquecidas outra vez, penso eu. As freguesias fazem parte do concelho, portanto estamos inseridos não é, estamos inseridos. Gostava que quando fosse as questões do PDM, quando fosse as obras da freguesia, seja da minha ou de outras, que os Presidentes de Junta tenham uma opinião a dar. Somos nós que lidamos com as pessoas, somos nós que lidamos com as pessoas dia a dia e acho que devíamos ser nós os primeiros a ser ouvidos e a população a seguir. Não, na minha freguesia desconhece-se isso. Era só isso, muito boa noite e obrigado". -----

Presidente da Assembleia: "Vou perguntar se há mais inscrições porque os Senhores Deputados Gaspar Meirinho e Francisco Oliveira já tomaram a palavra, ver se há mais alguma inscrição. Vamos fazer uma última ronda, outra vez por favor, poder de síntese, porque efectivamente já levamos quase quarenta e cinco minutos neste ponto. Não pela importância mas pela demora das intervenções". -----

Francisco Oliveira: "Eu quero só realçar que não está em causa, sempre disse aliás, ao longo das minhas intervenções a questão do Centro de Testagem, está em causa eventualmente a fiscalização do mesmo e está em causa também, e já agora aproveito, a questão da fiscalização relativamente à forma como muitos dos turistas se comportam, e se comportam de forma errada. Mas tudo isto é por assim dizer uma panela e que cabem uma série de variantes que leva efectivamente a que o contágio exista. Para todos os efeitos a única forma que temos aqui, é como digo, conseguir separar o trigo do joio, ou seja, conseguir separar aquilo que são os residentes daqueles que são os turistas e conseguir alterar a fórmula ou pelo menos ter uma listagem anexa. Portanto é nesse sentido que estamos a tentar e, também vos digo que



se o Governo em Lisboa e se os responsáveis em Lisboa pudessem fazer não estavam com certeza a deixar que as coisas chegassem a este ponto por mero desleixo ou por mera atitude de não querer saber, não. De facto ninguém no seu bom senso teria uma atitude nesse sentido, portanto tudo se está a tentar ser feito no sentido de resolver o problema e portanto continuo a dizer que tem de facto aqui o apoio e a disponibilidade para qualquer situação que seja necessária colocar. Estaremos, aprovamos a Moção na sua globalidade apesar de discordar de pequenos pormenores que não está em causa, porque não é uma questão político-partidária é sim uma questão do Algarve nem tão pouco só de Albufeira mas do Algarve que vai sofrer não só Albufeira mas também os outros concelhos se a situação não mudar rapidamente".-----

Gaspar Meirinho: "Se me for permitido então deixo uma sugestão para que seja levada a Lisboa, porque falam tanto de fiscalização, talvez fosse uma boa oportunidade para se fazer um reforço do efectivo policial, e nisso penso que o Governo poderá ter intervenção e mandar reforçar todo o dispositivo policial não só em Albufeira mas na região toda do Algarve. Portanto essa questão poderá ser levada rapidamente ao Governo e é uma medida que se calhar vai permitir fiscalizar todos os locais que estão abertos ao público de forma a fazer cumprir as regras e minimizar os estragos que este vírus está a causar. Por último apenas uma breve nota ao comentário que foi feito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, se a situação tiver assim tão má a nível do rácio dos números de Covid na freguesia eu acho que não é uma questão de estar a ser reactivo e ficar a aguardar que venham falar consigo, deverá ser apenas uma questão de contactar directamente o Presidente, certamente que o ouvirá no sentido de resolver a situação. Relativamente às outras questões pois não vou comentar porque não estou por dentro do mapa de reuniões. Obrigado". -----

Presidente da Câmara: "Tenho ouvido com atenção as opiniões que foram levantadas em vários aspectos. Começar aqui por alguns, foi falado em Portimão comparativamente com Albufeira, não sei se é comparável, é comparável num determinado aspecto, sim. Só que a altura do ano em que isso aconteceu foi uma altura completamente diferente, e isso altera completamente as regras do jogo. Porque o facto de nós estarmos assim nesta situação é porque temos cá muita gente e quanto mais gente cá temos, quanto mais turistas cá temos, mais injusta se torna a forma de cálculo. Porque se nós tivéssemos cá pouca gente, imaginemos uma cidade do interior com cem mil pessoas, um concelho com cem mil pessoas e imaginemos o concelho de Albufeira neste



momento com cem mil pessoas. Mas lá, enquanto o cálculo lá é feito por cem mil pessoas cá é feito com quarenta e cinco mil, vejam a diferença. Portanto isto é uma diferença que podia-se mostrar aí com números, não tem nada a ver, e evidentemente que a forma de cálculo, e ninguém pense e eu não penso precisamente nisso, a forma de cálculo ser alterada ou não de uma forma ou de outra não tem nada a ver com a matriz, não tem nada a ver com a resolução do problema da propagação do vírus, não. Não é a forma de cálculo que vai evitar a propagação do vírus, a forma de cálculo é só para tornar justa uma situação que é completamente diferente dos outros lados. E não estou só a falar de Albufeira, obviamente que não, Lisboa está na mesma situação, Loulé, aliás, o Município de Albufeira e Loulé fizeram um comunicado quase simultâneo aqui na semana passada, eu próprio estive numa reunião com a Secretária de Estado do Turismo quando ela se deslocou a Albufeira e falei-lhe no assunto, neste acto injusto. Não é só injusto mas é demolidor, vai ser demolidor da economia e vai ser consequentemente, profundamente negativo na parte social, portanto podem ter a certeza disso, se isto não for alterado rapidamente, e tem de ser alterado rapidamente. E o facto de ser alterado rapidamente quando se diz que não pode ser alterado eu faço recordar e lembro que há poucas semanas atrás havia outros concelhos que estavam numa situação quase inversa, são aqueles concelhos em que, por exemplo e nós temos aqui no Algarve alguns, Vila do Bispo, São Brás de Alportel, por exemplo com dois casos infectados ou três passava logo para nível muito elevado, ultrapassava logo os cento e vinte por cem mil pessoas. Como é que eles alteraram, não alteraram forma nenhuma, passaram foi a classificar elevado em vez de ser cento e vinte foi a partir de duzentos e quarenta, e resolveram o problema dessa maneira. Portanto, logicamente nós também queremos a resolução de um problema. Como é que ele vai ser resolvido? Há várias maneiras. Há por exemplo não contabilizar para este efeito os turistas que são testados positivos e deixá-los de lado e contá-los para efeitos estatísticos. Não esquecendo, como digo, que a forma de cálculo não vai resolver nada a questão do vírus, absolutamente nada. Já foi dito que este vírus é extremamente infeccioso, aliás, ontem tive uma reunião aqui nesta sala precisamente, onde chamei aqui a Autoridade de Saúde do Concelho, o Delegado de Saúde, as Forças de Segurança, os Bombeiros, a GNR, Marinha, as Associações Empresariais, e onde o Senhor Delegado de Saúde disse que é dos vírus mais infecciosos. Diz que se numa casa houver uma pessoa infectada, garantidamente ou quase garantidamente todos os



membros daquela casa, daquela família, são infectados, portanto, é bom que se pense nessa situação. Portanto, como digo, fiz um reparo e uma chamada de atenção à Senhora Secretaria de Estado de Turismo, ela falou-me que estava o assunto em cima da mesa que já tinha falado com a Doutora Graça Freitas e ia continuar a desenvolver esse assunto. Respondeu-me dois ou três dias depois a dizer que já tinha apresentado a questão e o problema uma vez mais à área da saúde, que é a área da saúde que terá com certeza que resolver esta situação. Depois, também hoje, ainda hoje enviei uma carta dirigida à Ministra da Saúde com conhecimento ao Primeiro-ministro e ao Presidente da República e também uma carta para o Ministro da Economia paralelamente, esclarecendo, apontando precisamente estas questões. Não afasto as questões da saúde mas na outra parte a questão da consequência que é a parte económica. Relativamente ao Centro de Testagem, pois o Centro de Testagem foi pensado para o efeito que era fazer testes rápidos aos residentes em Albufeira, mas como o Algarve não tem capacidade e não tem tido capacidade de testagem e inclusivamente quando o Governo Inglês fechou o corredor, havia turistas que para regressar a Inglaterra tinham que apresentar um teste naquele caso, salvo erro, PCR, não sei se era mas acho que era, PCR negativo quando chegassem ao Reino Unido e foi a salvação deles foi ter aqui este Centro de Testagem, e inclusivamente segundo me disseram, que havia operadores que sabendo que havia este Centro de Testagem enviaram turistas para Albufeira, porque havia a possibilidade de haver o Centro de Testagem. Evidentemente se me disserem que ele não foi criado com aquele efeito, é verdade. Já disse, já disse qual foi o princípio e a estratégia que levou a pensar naquele Centro de Testagem, foi precisamente testar a população de Albufeira, e não só a população, os trabalhadores de algumas empresas, nomeadamente o Zoomarime como por exemplo. Depois testar também os atletas dos vários Clubes Desportivos, da formação que iriam iniciar a actividade, foram todos testados ou quase todos. Depois a seguir é que houve aquela necessidade e aquela procura por via da falta de capacidade de outros sectores, nomeadamente de alguns laboratórios aqui próximos. Depois quero também dizer que a questão da vacinação, evidentemente que ontem também falamos na reunião que tive com o Senhor Secretario de Estado Coordenador - Doutor Jorge Botelho, falamos precisamente nisso. Que a vacinação é urgente, é urgente, mesmo urgente vacinar, começar por vacinar todos os funcionários, todos os empregados dos estabelecimentos comerciais, dos hotéis, indústria hoteleira e por aí fora. Acho que



era urgentíssimo, e segundo ouvi, não ouvi números, mas segundo ouvi, havia uma questão que era; o Algarve era a zona do país com a menor percentagem de vacinados. Hora, isto não pode acontecer de maneira nenhuma, isto só significa que realmente se andarmos todos a lutar aqui por lícitos completamente diferentes, nós não vamos a lado nenhum e não podemos esconder a cabeça na areia. Nós estamos numa situação gravíssima, não é gravosa, é gravíssima, estamos numa situação demolidora que vai demolir, vai trucidar o sector económico e vai obrigar a grandes problemas sociais. Portanto, digo e repito, nós temos que alterar e temos que fazer com que se altere rapidamente este processo de cálculo, este processo de encontrar o número para se poder decidir sobre se recua ou progredi, por aí fora. Evidentemente que faltará fiscalização. Com certeza não há forças de segurança capazes, quando digo capazes é suficientes para fiscalizar todas as pessoas que estão em Albufeira, nomeadamente aquelas que andam na rua. Ainda na sexta-feira o Senhor Delegado de Saúde me disse de um caso que tinha feito check out no hotel, não foi em Albufeira, e eu perguntei-lhe se um turista chega-se ao Aeroporto de Faro fizesse um teste antigénico e desse positivo o que é que lhe acontecia? E aconteceu que ele teria de voltar para o hotel, ou deveria voltar para o hotel onde estava, e o hotel onde estava não o quer receber, e não é obrigado a recebê-lo. Ele já fez e check out foi embora, portanto agora vá procurar outro sítio. Chegou-se à conclusão ontem na reunião que o Algarve ia arranjar um sítio central ou um sítio concentrado pelo menos para ficar com as pessoas, com os turistas que estão infectados para poderem estar isolados. Porque há um grande perigo de haver muita gente que deveria estar isolada e pode acontecer que não esteja, não sei se esse controle é totalmente feito. Porque o Delegado de Saúde o que me disse um dia foi; havia esse tal Senhor que chegou ao Aeroporto de Faro e estava infectado, tentavam ligar para ele para o localizar e não o conseguiam localizar sequer. Lá está, andava por aí infectado e andava a infectar outras pessoas. Portanto, isto é muito difícil, é muito difícil e temos todos que encontrar aqui uma solução porque senão aquilo que a gente hoje não ganha, perde amanhã ou perde depois. Nós temos que, custe a quem custar, mas temos que tentar resolver o assunto. Não é apenas a forma de cálculo, claro que não, mas é realmente a questão do vírus que é muito mais infeccioso e a questão do vírus que se propaga rapidamente e que não acontece se calhar noutros sítios. Não sei se na Ilha da Madeira, no Reino Unido segundo consta nas notícias esta tarde abriu o corredor aéreo, pois a Ilha da Madeira é uma Ilha é



completamente mais fácil ou será mais fácil o controlo. Aqui não é tão fácil, é mais difícil abrir-se as fronteiras, falaram-me por exemplo na situação do fim-de-semana passado e vai acontecer no próximo fim-de-semana na Área Metropolitana de Lisboa não podem nem entrar nem sair, mas por exemplo se viessem de autocarro, de comboio ou de avião já não havia problema, já podem sair. Portanto a medida também não sei, foi aquilo que me disseram. Agora também há outra coisa que eu sinceramente não concordo e também tenho isso escrito, é a questão dos horários. A questão dos horários, a questão das dez e meia da noite, fechar um restaurante às dez e meia da noite, acho que não é por aí que há mais infecção ou menos infecção, porque a partir de um determinado momento em que eles fecham às dez e meia da noite mais necessidade têm de ir fazer uma festa qualquer, por casa qualquer e aí é que se juntam mais trinta ou quarenta, se calhar ainda se torna mais grave, penso eu, pode não ser, mas eu penso assim. Aos fins-de-semana fechar às quinze e trinta, vá lá que já é melhor do que quando fechava às treze horas que era bem pior, agora às quinze e trinta já é um bocadinho melhor. Mas existe esses pormenores que poderiam ser mais analisados se calhar, mas eu não digo que é apenas o Governo, o Governo e os vários patamares da decisão e não só, os próprios empresários que o bem também é para eles, é preciso ver isso, porque eles também têm de fazer parte da solução e não do problema. Evidentemente que o Centro de Testagem como disse há pouco terá que ter uma avaliação, amanhã tenho uma reunião marcada com o Doutor Nuno Marques no sentido de avaliar a situação do Centro de Testagem e ver o caminho que ele poderá vir a tomar ou não. Sobre a fiscalização eu também aconselho a ser pedido mais reforço da Guarda Nacional Republicana, até porque Albufeira continua com bastantes turistas e esses turistas agora já são de umas idades já um pouco diferentes mas até aqui eram muito jovens, era tudo jovens praticamente e os jovens neste momento são mais de risco. Por exemplo ainda hoje recebi três emails, salvo erro três emails, do Doutor Joaquim Bodião que é o Delegado de Saúde, a informar que havia em três escolas do concelho diferentes, havia três criança do primeiro ciclo, não sei de que ano, infectadas. São crianças que provavelmente é a família que alguém está infectado, pode acontecer. Este vírus também ataca muito gente jovem, dizem também que é mais infeccioso, propagasse mais rapidamente mas também as consequências não são tão graves como as outras estirpes. Sinceramente com esta incerteza não sei onde é que vamos parar. Por isso acho bem que estejamos todos unidos e que estejamos realmente



todos a olhar para o mesmo sítio e complementar aquilo que uns fazem e outros, não está aqui em causa. Agora ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras eu não lhe falei no rácio por freguesia, se nós não conseguimos o rácio por concelho então por freguesia daqui a pouco íamos à rua. O rácio por rua nem sei se isso é muito viável sequer, se isso é muito discriminatório, uma série de coisa. Por concelho era uma grande conquista se isso acontecesse, isso é que era, alterar isso. Pronto, para já era só isso. Amanhã tenho outras acções que vou depois dar nota disso". -----

Pedro Coelho: "Já que o Senhor Presidente desbloqueou o debate para as soluções gostaria de colocar aqui uma questão e um comentário. Eu acho que um dos desafios que se vão aproximar nestas semanas vindouras será exactamente a vacinação das faixas etárias mais jovens, e dos dados que me chegam essa faixa está a ter um insucesso bastante significativo. E é aqui que eu acho que o Poder Local e o Poder Central têm que se unir, agora com o certificado digital que vai trazer outra ferramenta para encontrar mecanismos atractivos de atrair essa população jovem à vacinação. Seja em actos recreativos, desportivos, seja até como o Presidente referiu há pouco a parte profissional, porque há muita mão-de-obra jovem a trabalhar no sector do turismo e em locais comerciais, e é urgente que essa massa humana, que essa faixa etária venham à vacinação. Porque se não vierem à vacinação, então o que referiu, é assim, vamos ter aqui um drama, e depois é o drama que a ferramenta então não está ser utilizada. Por isso, que estamos a falar de soluções essa é uma solução que tem de a ser agilizada nas próximas, porque nas próximas semanas ela tem de estar implementada. E gostaria de deixar esta nota aqui".-----

Rui Bernardo: "Boa noite. Só queria saber era se estavam todos de acordo com a Moção e se as forças políticas presentes estão de acordo em assinar a Moção. Relativamente ao certificado digital concordo também, é uma grande evolução, agora eu queria saber como é que uma pessoa com o certificado digital vai a um bar de praia aí às quatro ou cinco da tarde para entrar num restaurante quando está fechado. Era só isso".-----

Francisco Oliveira: "Muito rápido, muito rápido, relativamente à questão do que o Senhor Presidente referiu era só para elucidar. Nós tivemos uma reunião com o Senhor Vice-Almirante há cerca de um mês, mês e meio extramente porque entendíamos que os números do Algarve estavam relativamente baixos face aos números do resto do país em termos de vacinação. O Senhor Vice-Almirante na altura



disse-nos que os números já estavam equiparados, que reforçou a vacinação e que neste momento naturalmente face a estas situações foram tomadas medidas também para o reforço da vacinação. Era só, muito obrigado".-----

Presidente da Assembleia: "Vou só dizer três ou quatro coisas sobre este assunto. É verdade, é verdade que o que está aqui em causa é uma Moção para a correcção da forma de cálculo, eu não acredito que não haja modo de alteração, até porque já houve. O Governo fê-lo recentemente essa alteração, mas acima de tudo nós no Algarve estamos sempre habituados a ser tratados de forma desigual para coisas iguais. E eu tive a oportunidade de dizer algumas coisas na última Assembleia Intermunicipal, porque efectivamente o Algarve tem que fazer sempre mais, tem que fazer sempre mais esforço, tem que fazer sempre guerra para conseguir ter os mesmos direitos. E veja-se, era o último na vacinação agora fez-se um esforço quando os outros já estão acautelados, faz-se mais um esforço agora independentemente do concelho, Portimão, Albufeira, Loulé, para fazer um esforço, no Verão. Raios, desculpem-me a expressão, isto não é esforço nenhum, aqui é que devia ser o centro da batalha porque é aqui o centro nevrálgico do turismo e da actividade comercial, e essa é que foi esquecida, independentemente do que se queira e da forma como se diga. Porque quando nós lá em cima nas televisões surgimos como o ponto principal do problema no Algarve, nós Albufeira, Loulé, e tivemos a intervenção do Senhor Presidente, Director da ARS que fez precisamente a locução a esta questão da testagem, nós estamos a por a causa no ponto errado, não é a testagem que está errada é o não tratamento da mesma. Porque a testagem é aquilo que se quer fazer para saber onde está os focos e depois é o tratamento desses focos é que está errado. E portanto, se nós tratarmos coisas iguais de maneiras diferentes e depois se tratamos coisas diferentes de maneira igual o resultado é esta salganhada toda que aqui estamos e quem sai prejudicado é só o tecido empresarial e as pessoas que vivem em Albufeira, porque não há emprego, não há economia, não há dinheiro a circular e todos vamos sofrer, todos. E é aqui que nós temos a nossas casas, é aqui que temos as nossas vidas, e isto é mais do que uma questão de uma Moção, é mais. É a defesa do interesse da população de Albufeira e do Algarve inteiro. Isto tinha que dizer, desculpem-me, em jeito quase de declaração de voto mas tinha que o dizer".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----



VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Vila Nova, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

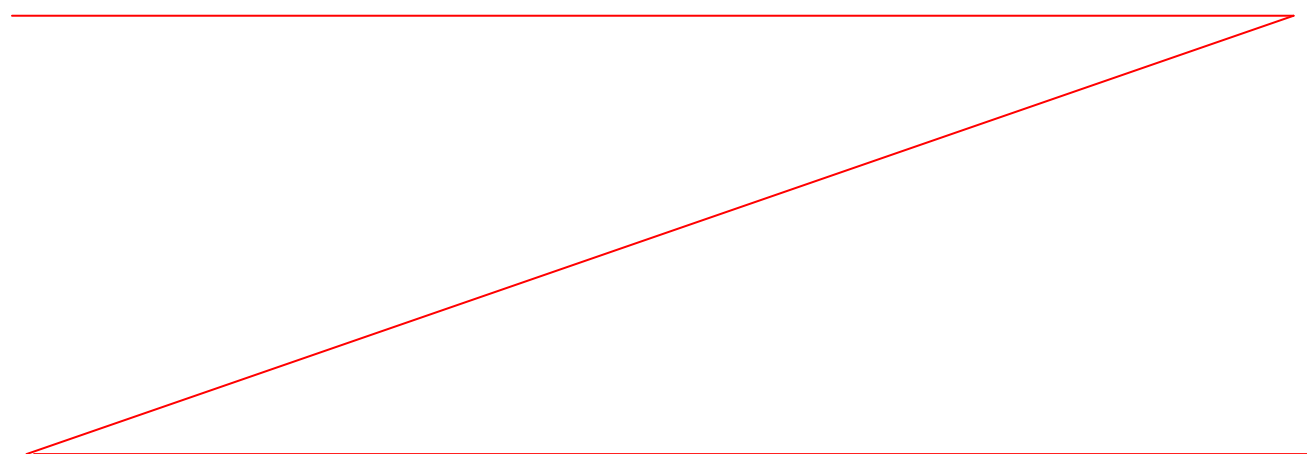
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:59 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 24 de Junho de 2020 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____



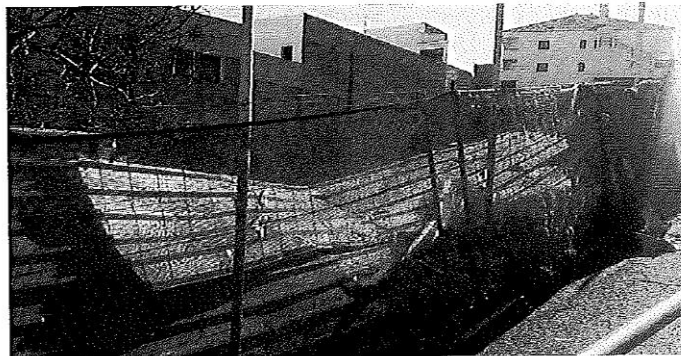
**ASSUNTO: RUA RAMALHO ORTIGÃO – ACESSO À PRAIA DA OURA (2)**

Exmo. Senhor Presidente,

Na sequência do meu pedido de esclarecimento relativo à Rua Ramalho Ortigão apresentado na sessão da Assembleia Municipal de 27 de maio último, agradeço o seu comentário, que esclareceu, em parte, algumas das questões colocadas e definiu a posição da Câmara relativamente ao exposto, nomeadamente:

- que o grupo MGM terá já vendido o espaço a uma outra pessoa, ou entidade;
- que o Sr. Presidente iria promover dentro de pouco tempo uma reunião com esse proprietário para perceber qual o projeto que tem para o espaço;
- que os Serviços Municipais iriam verificar, a breve trecho, o que se pode fazer em concreto para melhorar a imagem, o conforto e a segurança do espaço público na descida para a Praia da Oura.

Este último ponto assemelha-se de grande importância e urgência, tanto mais que um eventual projeto para aquele espaço irá demorar anos até ser concretizado. A intervenção dos Serviços Municipais para garantir a segurança dos automobilistas foi feita há mais de 15 anos, com um caráter 'provisório'. Passado este tempo todo, sem qualquer outra intervenção, é lamentável o ponto de degradação a que chegou o espaço público neste local turístico. Junto uma imagem do estado atual do local.



Importa lembrar que a melhoria da qualidade de vida – e da qualidade do turismo – também passa pela melhoria da qualidade do espaço público. E o que se vê nesta imagem é inaceitável.

Termino agradecendo a atenção urgente do Executivo para este caso, que tem permanecido esquecido, através de várias legislaturas, por demasiados anos.

Atentamente,

Luis Amaral Balula



De: adv.foliveiralaw@sapo.pt
Enviado: 5 de julho de 2021 15:43
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Reunião de 24/06/2021

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira,

Na sequência da deliberação referente ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, relativa ao Estatuto do Direito de Oposição, venho, por este meio, indicar a alteração proposta.

Assim, na página 4 do Relatório do Direito de Oposição, deverá proceder-se da seguinte forma,

Retirar:

“Nenhuma das entidades intervenientes se pronunciou na sequência do direito de audição mencionado.”

Substituir por:

“Foram apresentadas propostas de alteração ao Orçamento Municipal, que constam da Acta de aprovação do Orçamento nos pontos 16 e 17 (que foram discutidos em conjunto), da reunião realizada a 10 de Dezembro de 2020.

Estas propostas dos membros do Partido Socialista naquela Assembleia, defendidas pela deputada municipal Ana Palma Almeida, que propunham um reforço do pilar Social, de forma a corresponder às graves dificuldades da população não mereceram qualquer assentimento e não foram contempladas no Orçamento Municipal.”

Continua no parágrafo seguinte:

“Há que referir que os vereadores...”

Agradeço, pois, a correcção do aludido Relatório nos termos indicados.

Com os melhores cumprimentos,

Francisco Oliveira

Francisco Oliveira – Advogado Responsabilidade Limitada/ Law Office
Sítio do Semino, Estrada de Quarteira, 8125-303 Quarteira
Tel: +351 289 300 990



Doc. n.º3

Ponto 26 Sessão da
Assembleia Municipal
de 24/06/2021

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA



MOÇÃO

PELA CORREÇÃO DA FORMA DE CÁLCULO DOS INFETADOS PELO SARS-COV-2 NO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Por Albufeira, e pelos Albufeirenses, entende a bancada do PSD da Assembleia Municipal de Albufeira, apresentar a presente moção com vista a expor a injustiça de que este território e as suas gentes, estão a ser alvo por força da aplicação de uma fórmula de cálculo que não reflete as especificidades do concelho, no que concerne as flutuações de habitantes no concelho.

Os Albufeirenses deste o primeiro momento em que o Mundo foi assolado pela situação pandémica que ora vivemos, cumpriram e fizeram cumprir todas a normas, diretrizes, recomendações e similares emanadas pelo DGS, Governo, Conselhos de Ministros e demais, sempre movido pelo espírito que todos somos agentes de saúde pública.

No entanto, e neste momento crucial que o concelho e as suas gentes vivem, temos o ónus de expor aos demais portugueses, aos responsáveis pela elaboração da matriz de risco, pelos responsáveis locais e nacionais pela forma de cálculo, que a mesma não retrata a realidade do que se vive em Albufeira.

Se não vejamos, no concelho de Albufeira encontram-se registados aproximadamente 45 000 habitantes, sendo que, no entanto, a população média varia de semana para semana, já que no concelho existem muitas habitações

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA**

secundárias de nacionais, muitas habitações secundárias de estrangeiros, e sim, muitos turistas que nos visitam, cá pernoitando por períodos médios de uma semana, sendo que neste momento se estima que a população presente no concelho seja em média o dobro dos residentes.

Como é sabido «o senhor Primeiro-Ministro, recentemente, esclareceu que os casos nacionais detetados deveriam ser atribuídos ao concelho onde as pessoas residem e não onde são detetados».

Sendo que tal premissa apenas resolve parte do problema, pois não apresenta uma solução justa, equitativa e constitucional para os casos de nacionais não residentes, mas infetados no concelho de Albufeira, mas não solucionando a problemática dos turistas estrangeiros ou não residentes estrangeiros, que vieram a acusar positivo para o Sars-Cov-2 aquando da sua estadia no nosso concelho.

Esses ditos estrangeiros inflacionam os nossos números de infetados, sem que no entanto toda esses turistas estrangeiros ou não residentes estrangeiros, sejam contabilizados para o universo de habitantes no concelho. Ou seja, o universo de habitantes usado para o efeito de cálculo não é o real já que por e simplesmente os estrangeiros apenas e só são contabilizados, se e quando testam positivo para o Sars-Cov-2, é como se eles apenas existissem por estarem infetados.

Trocando tal por números, como sabemos a forma de cálculo é o número de infetados num determinado hiato temporal dividido pelo o número de habitantes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA



registados nesse território, ocorre que o número de habitantes no concelho de Albufeira não estável, fruto das movimentações internas, e fruto da atividade turística, e como decerto se imaginará, dividir por exemplo 150 infetados num período de uma semana por 45 000 habitantes, é um resultado completamente diferente do que dividir o mesmo número de infetados por 100 000 habitantes à data.

O Governo dispõe de mecanismos para aferir essa dita ocupação no nosso concelho, seja por recurso à solicitação de colaboração autárquica, ou se tal não entender, por recurso ao SIBA (Sistema de Informação de Boletins de Alojamento), no qual todos os estabelecimentos hoteleiros e similares são obrigados a registar a ocupação das suas unidades de alojamento.

Sendo que tal é uma situação secular, já que as autarquias com grandes flutuações de ocupação, adaptam os seus serviços à ocupação no momento e não ao número de habitantes residentes.

Por último e não menos importante, alerta-se para a inevitabilidade da "morte anunciada" de uma parte substancial do tecido empresarial do concelho, se as entidades nacionais competentes não revirem em tempo útil a ora denunciada forma de cálculo do mapa de risco, já que o mesmo não reflete a realidade dos factos.

Em suma, o que a bancada Social Democrata da Assembleia Municipal de Albufeira pretende é que seja aplicado ao concelho de Albufeira, o Princípio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

The image shows several handwritten signatures in blue ink. To the right of the signatures is the logo of the PSD (Partido Social Democrata) for Albufeira, which consists of a stylized '1' and the text 'PSD ALBUFEIRA'.

Constitucional da Igualdade no seu sentido positivo, ou seja, “tratar igualmente o que é igual e desigualmente o que é diferente”.

Assim, a Assembleia Municipal de Albufeira, reunida 24 de Junho de 2021, ao abrigo do disposto nas alíneas j) e k), do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

- a) Requerer a alteração da forma de cálculo dos níveis de risco, por o mesmo não considerar o universo da população real à data da infeção;
- b) Propor às demais Assembleias Municipais, de concelhos Algarvios a adesão à presente Moção, para que juntos consigamos exigir do Governo o tratamento justo, equitativo e Constitucional dos concelhos com predominância turística;
- c) O que por consequência refletirá uma realidade epidemiológica do concelho tendo em conta o universo de população à data;
- d) Na ausência de exequibilidade de tal, que o número de infetados de turistas estrangeiros e ou não residentes estrangeiros, seja apresentado isoladamente e não contabilizado para efeitos de cálculo de mapa de risco;
- e) O que suma, resultará na aplicação ao concelho do Princípio Constitucional de Igualdade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

Da presente moção deverá ser dado conhecimento ao Sr. ° Primeiro-Ministro, ao Sr. ° Presidente da República, à Sr.ª Ministra da Saúde e à Sr.ª Secretária de Estado do Turismo.

Elementos eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal de Albufeira

Abelton Polketa Simões

José Luís Baptista